



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA



GIOVANNI LEITE VERARDI

**“A GUERRA DO CHACO NO JORNAL DO BRASIL:
COMENTÁRIOS SOBRE O CONFLITO NA CAPITAL BRASILEIRA (1930-1935)”**

CAMPO GRANDE, MS

2024

GIOVANNI LEITE VERARDI

**“A Guerra do Chaco no Jornal do Brasil: comentários sobre o conflito
na capital brasileira (1930-1935)”**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de História da Faculdade de
Ciências Humanas da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul como requisito
parcial para a colação de grau de licenciatura
em História

Orientador: Prof. Dr. Jorge Christian
Fernandez

CAMPO GRANDE, MS

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e saúde que me permitiu concluir este trabalho.

A todos os meus professores por contribuírem com a minha formação o que me possibilitou alcançar esta conquista e realização pessoal.

Ao meu orientador professor Dr. Jorge Christian Fernandez por sua atenção, orientação e discernimento sem os quais este trabalho não seria possível.

Aos meus pais Carlos José e Rozangela e minha irmã Juliana por todo o apoio e carinho, em especial a minha mãe que acompanhou de perto toda a trajetória de produção desse trabalho.

RESUMO

Neste trabalho é apresentado como a Guerra do Chaco foi vista e apresentada pela equipe do Jornal do Brasil. A Guerra do Chaco foi um conflito pela região do Chaco Boreal entre Paraguai e Bolívia que envolveu interesses diversos entre 1932 e 1935. O Jornal do Brasil foi um periódico diário fundado em 1891 na então capital brasileira, o Rio de Janeiro, e que noticiou e comentou o dito evento. As notícias internacionais eram apresentadas na seção de telegramas, onde eram publicadas as matérias das agências de notícias, principalmente da Havas e United Press. O editorial do jornal também fez seus comentários e críticas sobre os acontecimentos e manteve-se irredutível quanto a necessidade de se encerrar as hostilidades entre os beligerantes. Ao longo dos três anos do conflito, o jornal buscou manter seu público informado, de forma a esclarecer os motivos e reivindicações de paraguaios e bolivianos. Com a grande instabilidade política que marcou o início da década de 1930 no Brasil, o jornal evitou se indispor com o governo, limitando suas críticas à política externa brasileira além de estar sujeito à censura do governo Vargas. Busca-se então compreender como a equipe do jornal contribuiu para a formação da opinião pública do período através dos artigos de seu editorial.

Palavras-chave: Guerra do Chaco; Jornal do Brasil; agências de notícias; História da Imprensa

ABSTRACT

This work presents how the Chaco War was seen by the daily newspaper staff of *Jornal do Brasil*. The Chaco War was a conflict for the northern region of the *Gran Chaco* between Paraguay and Bolivia that involved many interests between the years of 1932 and 1935. The *Jornal do Brasil* was a daily newspaper founded in 1891 at the Brazilian capital at the time, Rio de Janeiro, and published news and articles about the war. The news about the war were published in the telegrams section, where the news agencies articles were located, the main ones being Havas and United Press. The editorial did also its commentary and criticism about the ongoing events, maintaining the speech in favor of the immediate termination of hostilities. In the span of the three years of the conflict, the newspaper maintained its readers informed, clarifying the motives and demands of Paraguayans and Bolivians. With the great political instability in Brazil on the 1930's, the newspaper avoided conflict with the government by limiting its criticism on the Brazilian foreign policies besides being subject to censorship of Vargas government. The goal is then to comprehend how the staff of the *Jornal do Brasil* contributed to the public opinion of the time through its editorial articles.

Key-words: Chaco War; Jornal do Brasil; news agencies; History of Press;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Chaco	10
Figura 2 - Mapa do Chaco Boreal com linhas de tratado e posições	13
Figura 3 - Foto de Patiño no Jornal do Brasil.....	19
Figura 4 – Primeira página do jornal com os classificados em 1933	26
Figura 5 - Página do serviço telegráfico com manchete sobre a guerra.....	38
Figura 6 - Recorte de página do Jornal do Brasil sobre a visita do presidente Justo ao Brasil.....	41
Figura 7 - Página do Jornal do Brasil sobre a proposta de paz.....	46
Figura 8 - Página do Jornal do Brasil comemorando a assinatura do protocolo de paz	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 – O CHACO E A DISPUTA PELO TERRITÓRIO	10
1.1 – A conjuntura no Paraguai	14
1.2 – A conjuntura na Bolívia.....	16
1.3 – Interesses de Argentina e Brasil no conflito	20
2 – O JORNAL DO BRASIL.....	23
2.1 – As agências de notícias	28
2.2 – Os comentários do jornal sobre a Guerra do Chaco	30
2.3 – O posicionamento do jornal perante a guerra	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

A Guerra do Chaco (1932-1935) foi um conflito armado entre Paraguai e Bolívia em uma zona de litígio que abrangia uma extensa região entre os rios Pilcomayo e Paraguai, que acabou por envolver indiretamente diversos países, especialmente aqueles que faziam fronteira com os beligerantes, incluindo o Brasil. Diversos esforços para resolver a situação de forma pacífica se mostraram sem resultados. Os combates e escaramuças entre os exércitos combatentes ocorreram principalmente na primeira metade da década de 1930, mas os esforços de outros países mediadores do conflito se prolongaram até o final da década. O principal período de combates na linha de frente durou cerca de três anos (julho de 1932 a junho de 1935). Um dos principais fatores dessa guerra foi o uso veemente da arma aérea e de diversas táticas e estratégias, que tiveram um papel importante não só para o próprio conflito, mas serviu como palco de experimentação para conflitos posteriores como a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial (CARVALHO, 2019).

Neste trabalho, serão apresentados como o conflito em sua totalidade é retratado nas páginas do *Jornal do Brasil*, além da postura que o periódico tomou perante os diversos momentos da contenda. Vários periódicos brasileiros noticiaram essa guerra e os assuntos pertinentes a ela. A partir da década de 1970 a utilização do jornal como objeto de estudo dos historiadores passa a ganhar mais força, visto que nesse período houve uma série de “mudanças historiográficas relacionadas à colocação de novos problemas, novas abordagens e utilização de novos objetos e fontes para a pesquisa histórica”, como afirma Maria Helena Capelato (2015, p.114). Os jornais e periódicos tornam-se, portanto, uma rica fonte histórica e historiográfica sobre o período que foram concebidos que pode ser explorada extensivamente. Das diversas funções que os jornais e periódicos exerceram ao longo dos anos, além de entregar informação ao seu público leitor, é um exímio veículo de expressão, interpretação e formação da “opinião pública” de sua contemporaneidade.

Dito isso, o jornal sempre teve forte intuito político. Fundado em abril de 1891, grande parte de seus idealizadores eram monarquistas e utilizavam-se do jornal para expressar suas críticas ao governo republicano. Mesmo após se desvincular dos círculos monarquistas ao final da primeira década da república, os proprietários continuaram expressando suas opiniões políticas nas páginas do jornal, como veremos posteriormente.

O conteúdo, mesmo quando alegadamente imparcial, diz muito sobre as mentes que o produziam e a quem produziam. De acordo com Capelato (2015), ao estudar um jornal deve-se considerar as concepções ideológicas dos proprietários e dos jornalistas, além dos interesses políticos e econômicos vinculados à produção do periódico. Desta forma visa-se compreender como o longo processo que concretizou uma solução para o litígio entre os dois países foi encarado pela equipe de produção do jornal e publicado para seu público leitor na então capital brasileira, o Rio de Janeiro.

O *Jornal do Brasil* era propriedade de Ernesto Pereira Carneiro¹ no início da década de 1930. Carneiro buscou manter uma postura política moderada devido a censura do governo de Getúlio Vargas, apesar de em diversos momentos expressar seu apoio ou suas críticas. O jornal passava por um momento de necessidade de recuperação financeira por conta da gestão anterior, que gerou altos gastos com a modernização da infraestrutura, e por isso, deu maior enfoque e valorização aos classificados na primeira página (FONSECA, 2008). Esse jornal trouxe diariamente ao público da capital brasileira da época compilados de notícias telegrafadas sobre diversos eventos do conflito no Chaco, principalmente por meio das agências de notícias, comentários sobre os diversos acontecimentos através dos artigos da redação do jornal e nos apresentam um pouco da importância que o editorial via na solução do litígio.

Desde a morte de Rio Branco em 1912, a atuação brasileira na mediação diplomática entre Paraguai e Bolívia foi diminuta. A política externa brasileira era de não se indispor com nenhum dos lados e, conseqüentemente, relegou a iniciativa para a Argentina, que possuía interesses favoráveis ao Paraguai. Além disso, com o conflito político interno que engolfou o Brasil nos quatro primeiros anos da década de 1930², o diálogo entre o Brasil, os demais mediadores e os países em guerra foi seriamente afetado, como veremos posteriormente. (CARVALHO, 2019).

As tensões pela zona de litígio se acirraram apenas no início do século XX devido a outras preocupações que os dois países tinham com seus outros vizinhos no século XIX. Como as outras fronteiras foram se estabelecendo e o cerco foi se fechando contra a Bolívia, que agora não tinha uma saída própria para o oceano, havia também o interesse de que a situação da fronteira no Chaco se resolvesse. Entretanto, como veremos, as

¹ Nascido em Jaboatão (Pernambuco) no ano de 1877, Pereira Carneiro foi um empresário e jornalista que se tornou proprietário do *Jornal do Brasil* em 1918. Foi nomeado conde do Vaticano pelo papa Bento XV devido a suas ações de combate à epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro em 1918.

² Revolução de 1930, Revolução Constituinte de 1932, Intentona comunista de 1935;

tentativas internacionais de se resolver a disputa de forma pacífica foram aos poucos se mostrando ineficientes, chegando ao ponto da inevitabilidade do confronto armado, fomentado pelos trustes petrolíferos que cobiçavam o potencial extrativista da região.

A política brasileira para com os vizinhos também foi um agravante. O Brasil tentou firmar uma posição de neutralidade perante a disputa, focando nas relações bilaterais, o que se tornou um problema, pois ao final da década de 1920, devido aos acordos entre Brasil e Bolívia, a opinião pública no Paraguai acusava o Brasil de possuir uma aliança secreta com a Bolívia. As tensões entre paraguaios e bolivianos aumentaram significativamente durante esse período. Com a situação criada pela tomada do poder por Vargas, as relações com os vizinhos continuaram tendo as mesmas dificuldades até meados da década de 1930, quando Getúlio passa a utilizar-se da diplomacia presidencial com maior frequência (CARVALHO, 2019).

Com o decorrer do conflito, ambos os lados estavam altamente desgastados. O Paraguai mantinha sua economia graças aos auxílios argentinos e a Bolívia havia sofrido grandes baixas e perdas, além de problemas com o alto escalão militar e com o comando das tropas. Mesmo assim alguns setores bolivianos insistiam em continuar o conflito em busca de termos mais favoráveis, dificultando os esforços para o cessar dos combates com condições que não seriam aceitas pelos paraguaios. Após o fim das hostilidades em 1935 ainda houve um longo caminho até ambos os países assinarem um acordo definitivo de paz.

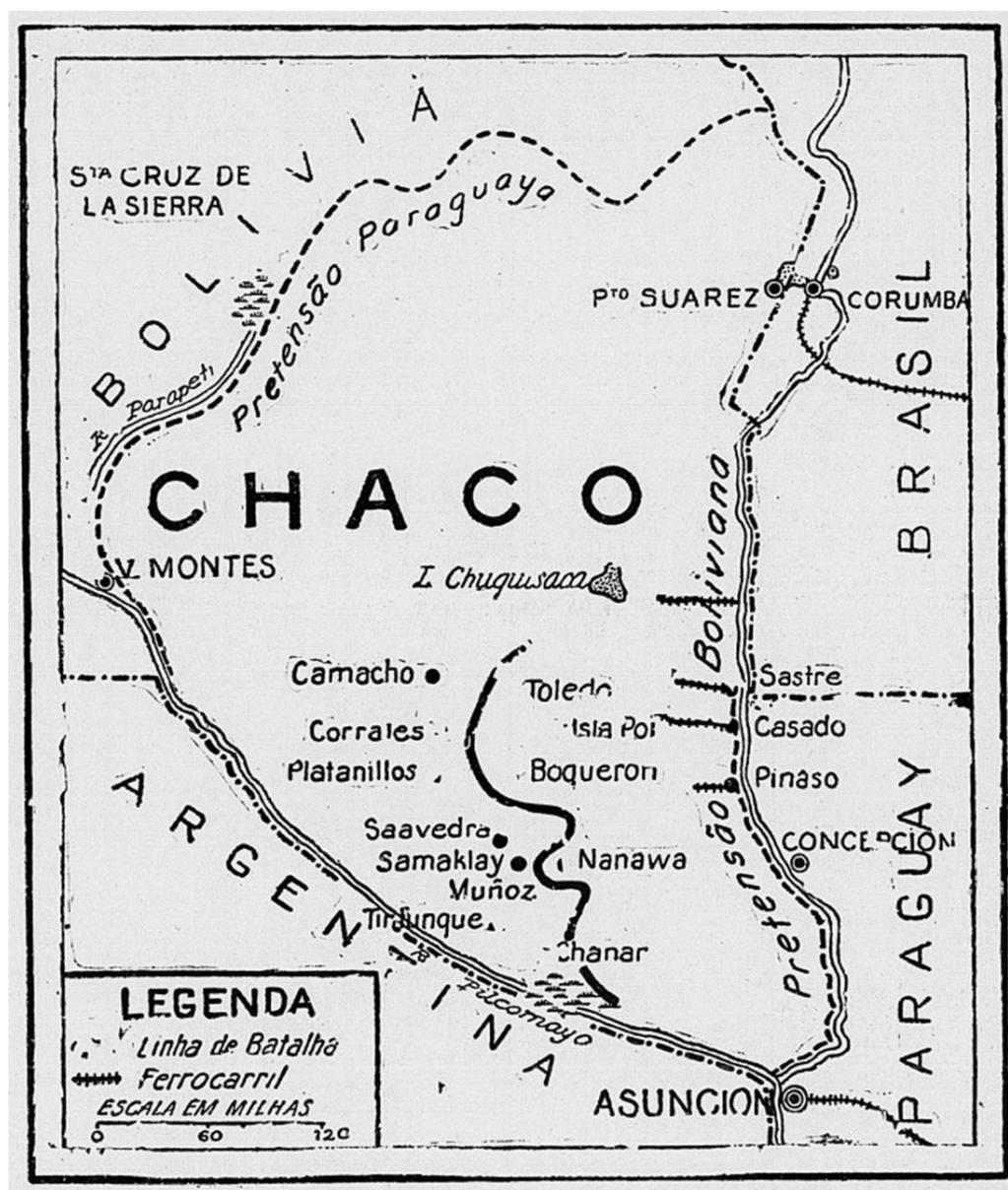
Devido à enorme quantidade de conteúdo produzido e publicado pelo jornal no período pesquisado, tornou-se inviável o estudo do tema em sua totalidade nesse trabalho, restando muito a ser explorado e analisado. Ao todo foram encontradas publicações e escritos pertinentes ao assunto em 1255 páginas do jornal em edições entre 1920 e 1938, sendo o período de 1930 a 1935 o de maior intensidade. A pesquisa foi inteiramente feita pela internet no Acervo Digital da Biblioteca Nacional, utilizando o mecanismo de busca do próprio site para encontrar palavras-chave. Como o foco deste trabalho estava em compreender a visão que a equipe do *Jornal do Brasil* teve sobre todo o processo que envolveu a Guerra do Chaco, certos aspectos julgados de menor relevância foram menos explorados e priorizou-se os artigos do editorial do jornal. Entretanto este estudo serve como ponto de partida para novas perspectivas sobre a História nos jornais, abrindo o caminho para o aprofundamento no tema estudado e expansão da pesquisa em periódicos que se afigura possível com a produção deste trabalho.

No primeiro capítulo serão apresentados o contexto geral da situação em que se encontravam Paraguai e Bolívia, bem como a conjuntura da disputa entre Argentina e Brasil na mediação diplomática do conflito no Chaco. No segundo capítulo serão apresentadas algumas características importantes do *Jornal do Brasil* (bem como seu posicionamento político, histórico e disposição das notícias e matérias nas páginas das edições), as agências de notícias que o jornal assinava das quais recebia informações sobre a Guerra do Chaco e de uma forma geral como o editorial lidou com as informações sobre o conflito e elucidou seu público leitor.

1 – O CHACO E A DISPUTA PELO TERRITÓRIO

Para compreendermos o conflito entre Paraguai e Bolívia no Chaco, em toda a sua extensão, precisamos conhecer primeiramente onde os exércitos dessas duas nações sul-americanas se enfrentaram e o que estava em jogo, ou seja, o Chaco. Localizado no mediterrâneo da América do Sul, esse território compreende uma vasta região de aproximadamente 600.000 km², cercada por serras, montanhas e rios caudalosos, sendo em sua maior parte, formado por planícies com pequenos leitos fluviais atravessando sua extensão (SEIFERHELD, 2007). O nome “chaco” tem origem derivada do Quéchuá,

Figura 1 – Mapa do Chaco



Fonte: Jornal do Brasil, ed. 230, p.8, ano 1933 (recorte do autor)

língua de povos nativos dos Andes, e aparentemente servia para denominar as grandes caçadas praticadas na região (CARVALHO, 2019). Pode ser dividido em três áreas: Austral, Boreal e Central; das quais, a primeira e última fazem parte do território da Argentina, enquanto o Chaco Boreal foi o alvo da contenda entre Paraguai e Bolívia até o final da década de 1930. Essa área apresenta-se limitada pelos rios Paraguai e Pilcomayo, e ao norte pela serra de Santa Cruz com os rios Otuquis e Parapeti, compreendendo quase 200.000 km². A disputa pelo direito dessa região tem início em um Tratado de Navegação e Limites assinado entre Argentina e Paraguai em 1852, onde o último teria direito e soberania sobre todo o rio de mesmo nome até sua confluência com o rio Paraná, contudo, a Bolívia passou a alegar seus direitos sobre parte da costa ocidental do rio³.

Por ser em sua maioria inóspita, essa região foi esparsamente colonizada pelos espanhóis, e até o início do século XX não foi muito bem ocupada, algo dificultado pela vastidão e hostilidade do terreno e pela resistência da população indígena nativa que ainda sobrevivia naquelas terras. Apesar das características áridas, nas proximidades com o rio Paraguai, as terras eram férteis, podendo-se encontrar pântanos e florestas⁴ (CARVALHO, 2019; CHIAVENATO, 1979). Isso era um fator crucial para a ocupação da região, visto que existia maior quantidade de povoados e assentamentos partindo das margens dos rios para o interior, facilitando a comunicação com os grandes centros e sustentando a permanência através da extração de madeira e da criação de gado. Nas áreas mais próximas dos Andes haviam também reservas de petróleo, que apesar de não formarem quantidades razoáveis para fins comerciais, ainda geravam interesses de diversas partes, fossem eles econômicos ou políticos. Por isso, até a década de 1930 políticas de ocupação, tanto paraguaias quanto bolivianas, divergiam-se na forma como aconteceram, o que contribuiu para o aumento das tensões que eclodiram na guerra em 1932.

Apesar de não possuir grandes quantidades de riquezas nem ser propício à habitação como um todo, o Chaco possuía grande valor estratégico, tanto para os beligerantes quanto para outros países, notoriamente Argentina e Brasil, que viam ali um caminho para o “coração” da América do Sul. A Bolívia, mais especificamente o eixo

³ Argentina e Paraguai assinaram o tratado em 15 de julho de 1852, tendo o encarregado de negócios da Bolívia em Buenos Aires formulado uma carta de protesto, alegando direito às margens do rio entre os paralelos 20° e 22° (MONIZ BANDEIRA, 1998; ZOOK, 1997)

⁴ Mesmo com essas características, o Chaco é principalmente caracterizado por uma semelhança a um bioma de tipo cerrado, com a predominância de árvores arbustivas (CARVALHO, 2019)

Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre, seria o coração, ou *heartland*⁵, sul-americano e por isso seria a chave para quem quisesse se tornar a potência hegemônica regional. Essa ideia se espalhou principalmente através da obra *Aspectos Geográficos Sul-Americanos* do capitão Mário Travassos do Exército Brasileiro, publicada em 1931 e acatada por diversos militares no Brasil e Argentina⁶. Dessa forma, tanto a Argentina quanto o Brasil atuaram mais agressivamente na disputa hegemônica, enquanto declaravam sua neutralidade perante o conflito entre seus vizinhos.

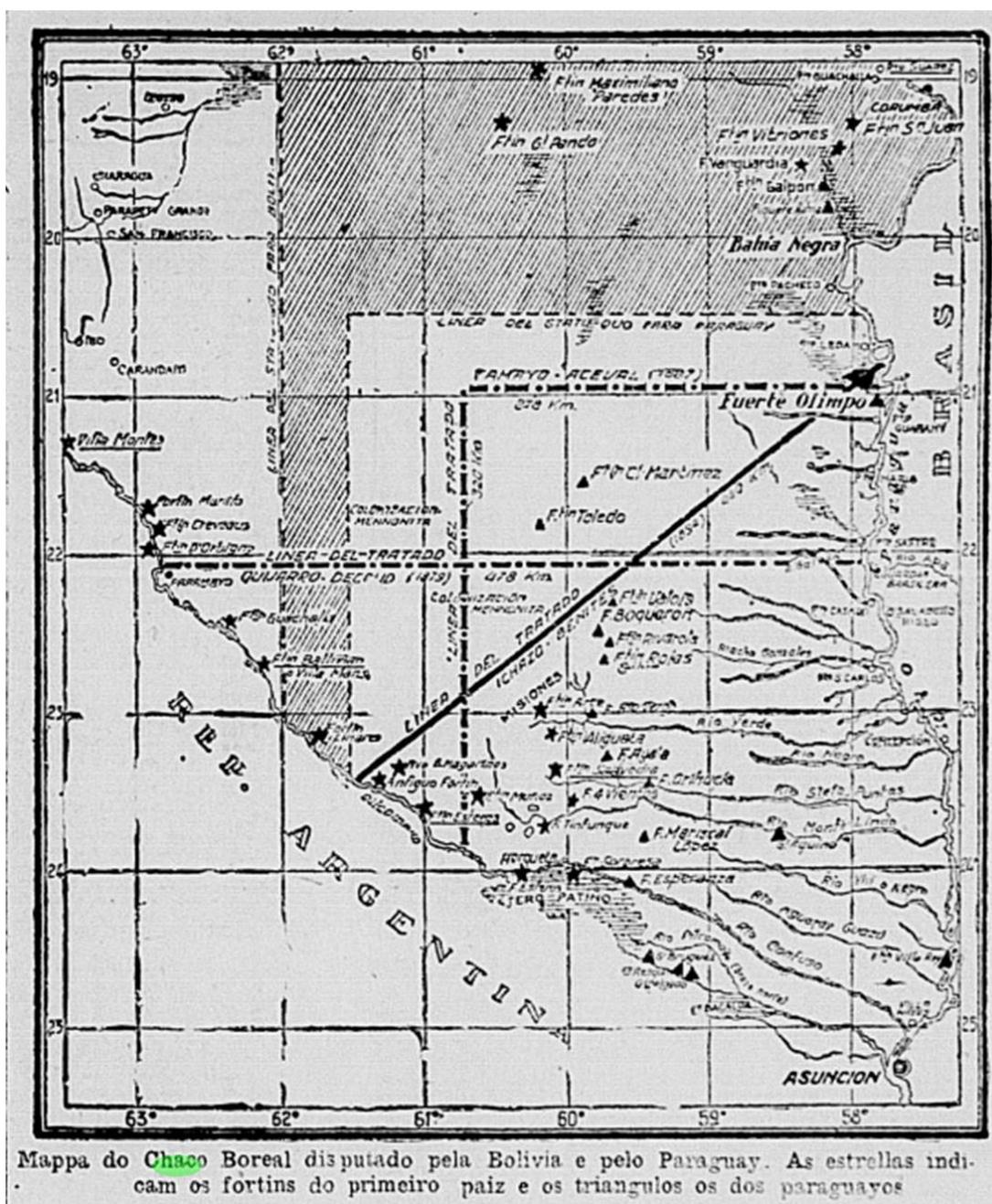
Vários tratados de limites foram propostos ao longo do século XIX e início do século XX⁷, porém nenhum deles encerrou definitivamente a questão da fronteira entre o Paraguai e a Bolívia. Ambos os países tiveram preocupações internas e externas, maiores do que a delimitação de suas fronteiras no Chaco. Essas constantes tentativas de demarcações os levavam a propor soluções impraticáveis e postergar resoluções que favorecessem seus interesses, posteriormente. Na impossibilidade de um acordo bilateral, os bolivianos e paraguaios necessitaram de uma maior presença militar para defender seus interesses regionais, gerando diversas linhas de fortificações, postos de guarda e guarnições pelo território chaquenho. De certa forma, isso contribuiu para um maior conhecimento geográfico e para a preparação da infraestrutura necessária para a logística, o que foi crucial para os combates na linha de frente, principalmente do lado paraguaio, durante a guerra.

⁵ Conceito criado pelo britânico Halford John Mackinder na primeira década do século XX e adotado por Travassos para explicar a importância da Bolívia para os interesses nacionais brasileiros.

⁶ SCENNA et al., apud. SILVEIRA, 2009

⁷ Quijarro-Decoud (1879), Aceval-Tamayo (1887), Benitez-Ichazo (1894), Pinilla-Soler (1907), além de tratados adiados sem data limite (In. CARVALHO, 2019)

Figura 2 – Mapa do Chaco Boreal com linhas de tratado e posições



Neste mapa é possível observar algumas linhas de tratados de limites: na horizontal próxima ao paralelo 22°, a linha do tratado Quijarro-Decoud (1879); no pontilhado vertical e horizontal próximo ao meridiano 61° e paralelo 21°, a linha do tratado Tamayo-Aceval (1887); e na seta perpendicular, a linha do tratado Ichaço-Benitez (1894); destacado ao norte e entre os meridianos 61° e 62° está a “linha de status-quo”, firmada no tratado Pinilla-Soller (1907). Os triângulos e estrelas representam as posições fortificadas de Paraguai e Bolívia respectivamente, o que mostra como os bolivianos avançaram suas posições pelo rio Pilcomayo à oeste e os paraguayos pelo rio Paraguai à leste.

Fonte: Jornal do Brasil, ed.186, p.9, ano 1932 (recorte do autor)

1.1 – A conjuntura no Paraguai

Para o Paraguai, o Chaco não era uma região qualquer. Na década de 1930 boa parte de sua economia dependia da produção que vinha de lá. Apesar de muitas vezes negligenciar, diplomaticamente, seu direito pela região, o Paraguai sempre manteve sua expansão para o interior chaquenho, contribuindo enormemente para os resultados do conflito em 1935. Alfredo M. Seiferheld escreve que

el Chaco paraguayo participaba activamente de la economía del país, con una destacable contribución a sus rentas, un tercio de las cuales provenían, en 1932, de su suelo. Buena parte del total de sus redes ferroviarias se hallaba allí, al igual que la mitad de su ganadería. Importantes industrias tanineras ocupaban, por lo demás, un privilegiado lugar entre los rubros de exportación. No en balde el territorio contaba con poblaciones ha tempo asentadas, con luz eléctrica parcial, con servicios telegráficos, telefónicos y postales, escuelas y hospitales e importantes puertos. (2007, p. 17)

Com isso, o Paraguai tinha a total vantagem sobre a Bolívia no Chaco, visto que sua população fortalecia suas raízes na região e conseqüentemente favorecia suas forças militares, qualificando-as e preparando-as para a proteção do território ocupado com a exploração e conhecimento geográfico, que se mostrou de suma importância entre 1932 e 1935. Porém essa expansão e penetração para ocupar o território do Chaco se deve muito graças às companhias de capital estrangeiro, que foram as principais responsáveis em tornar essa região tão economicamente importante. Dentre elas, a de maior renome foi a companhia Carlos Casado Limitada.

A partir de 1885, o Paraguai buscou consolidar sua presença no Chaco através da venda de concessões de terras fiscais, ato necessário para que o governo também recuperasse suas finanças públicas após as perdas na Guerra contra o Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança/Grande Guerra)⁸. É com a compra dessas terras que se tem início a presença cada vez maior de capital argentino no território paraguaio e o crescimento da companhia de Carlos Casado. Inicialmente voltada principalmente para a área dos transportes, os Casado logo expandiram seus negócios para a produção de tanino e pecuária, além de expandir a infraestrutura para os transportes fluvial e ferroviário. Aos poucos essa companhia, assim como outras empresas de capital estrangeiro, cresceu ao ponto de se tornar sinônimo da ocupação e expansão paraguaia no Chaco. Como afirma Seiferheld:

⁸ De acordo com Chiavenato, até 1904 o governo paraguaio vendeu 93,68% das suas terras fiscais na parte oriental do Paraguai. As terras fiscais eram propriedades rurais estatais, que tinham uso concedido à camponeses livres. Com a venda de todo esse território, a população que utilizava essas terras foi destituída do seu uso e se instaurou o latifúndio em posse de estrangeiros no Paraguai (1979, p.62-65).

Era Puerto Casado en 1932 el asiento de la administración de la empresa y un importante centro poblacional en la margen derecha del río Paraguay. Contaba con los ingredientes básicos de una ciudad de la época: tenía escuela, hospital, almacenes, servicios telegráficos, postales y telefónicos, panadería e industrias menores. Las inversiones totales estaban por entonces calculadas en treinta millones de pesos oro, valor que equivalía a más del doble de las exportaciones paraguayas anuales de entonces, y poseía un ferrocarril de 145 kilómetros de extensión, en vías de prolongación. (2007, p.20)

O Chaco se tornou, de fato, o território de maior importância para a economia e governo paraguaios na década de 1930. Um terço de todas as rendas desse país vinham do solo chaquenho e as empresas que ali se instalaram contribuíam enormemente para os ganhos com as exportações no país (SEIFERHELD, 2007). As exportações e as importações paraguaias eram exclusivamente dependentes da Argentina, que possuía as únicas rotas de trânsito de mercadorias internacionais para o Paraguai na época, fossem elas ferroviárias ou fluviais. Portanto, a Argentina dominava completamente o mercado paraguaio, sendo o maior comprador de seus produtos e único meio de alcançar o Atlântico através dos portos de Buenos Aires, e em menor escala, o de Montevideú.

A economia paraguaia estava se expandindo, todavia não se expandia na mesma medida a democracia e a qualidade de vida para a maioria dos paraguaios. Em 1921 a população do Paraguai era de cerca de 800.000 habitantes, sendo que aproximadamente 10% moravam na capital *Assunción*, 70% em áreas rurais e os últimos 20% espalhados em cidades e povoados que não ultrapassavam os 10.000 habitantes (YEGROS, 2010). Haviam sérias questões sociais a serem resolvidas, que eram constantemente postergadas pelos governantes. A negligência do governo perante esses problemas ao longo dos anos comprometeu seriamente as condições de parte considerável da população que então se encontrava em situação de pobreza crítica (YEGROS, 2010)⁹.

A falta de fiscalização dos órgãos empregatícios, por parte do governo, favoreceu ainda mais a condição precária em que muitos trabalhadores se encontravam, no campo e na cidade. A emigração ao longo da década de 1920 cresceu, principalmente nos momentos de maior instabilidade política, com parte considerável da população economicamente ativa do país optando por buscar melhores condições de trabalho no nordeste argentino e no Mato Grosso brasileiro (YEGROS, 2010 p.226).

Enquanto a população lutava pela sobrevivência, os governantes lutavam entre si pelo poder. A situação política no Paraguai era caótica, sendo comum um mesmo partido

⁹ De acordo com Yegros, “*Se calculaba que cuatro niños de diez morían antes de llegar a la edad adulta, y tres sobrevivían atacados por serias enfermedades*”. (2010, p.232)

se dividir em facções na briga pelo poder. No início do século XX, até o início da Guerra do Chaco, poucos presidentes completaram o mandato de 4 anos previsto na Constituição de 1870, enfrentando diversas revoltas, quarteladas, golpes de estado e guerras internas¹⁰. A mais significativa delas para a situação do Paraguai na sua contenda contra a Bolívia foi a guerra civil de 1922, que adiou o conflito aberto entre as duas nações, visto que as forças armadas do Paraguai constantemente necessitavam de revitalizações, tanto de seu aparato bélico como de pessoal.

A Argentina, que não poderia abrir mão de seus interesses no Chaco, estava constantemente apoiando secretamente as forças paraguaias para garantir a segurança do estado paraguaio contra as ameaças externas (i.e. a Bolívia). Em 1931 realizou-se um contrato entre as duas nações para uma missão militar argentina chefiada pelo general Abraham Schweizer a fim de aprimorar a organização, os materiais bélicos, o treinamento e a doutrina militar paraguaios. O Paraguai também recebeu volumosa ajuda financeira da Argentina, que forneceu vários milhões de pesos argentinos de empréstimo para que se mantivesse a máquina de guerra ativa (CARVALHO, 2019).

1.2 – A conjuntura na Bolívia

Já na Bolívia, a situação era diferente. Após a derrota na Guerra do Pacífico para o Chile e a venda do território do Acre para o Brasil no Tratado de Petrópolis, a Bolívia encontrava-se encurralada. Após perder a região litorânea e o acesso à bacia amazônica no território do Acre, não havia maneira de escoar sua vasta produção de minérios sem o pagamento de tarifas ao Chile pelo oceano Pacífico ou depender de acordos com Brasil e Argentina pelo oceano Atlântico. Como afirma Julio José Chiavenato:

A Bolívia perdeu tudo rapidamente. Em 26 de maio de 1880 a guerra contra a Bolívia chegava ao fim. O Chile apossava-se definitivamente, como imposição para assinar um tratado de paz, de cento e vinte mil quilômetros quadrados do território da Bolívia, retirando-lhe seu acesso ao mar. [...] A Bolívia perdeu [de 1870 a 1935]: 120.000km² para o Chile, no litoral; 490.437km² para o Brasil, no Acre e Mato Grosso; 170.000 km² para a Argentina, no Chaco Central e na Cordilheira de Atacama; 250.000 km² para o Peru, no território de Manupiri; 235.000 km² para o Paraguai, no Chaco Boreal. Um total de 1.265.437 km² - exatamente 56,4% do seu território! (CHIAVENATO, 1979, p.22-23)

¹⁰ Veja-se: CHIAVENATO, Julio José. A Guerra do Chaco (leia-se petróleo). São Paulo: editora brasiliense, 1979, p. 76-78; YEGROS, Ricardo Scavone. Guerra internacional y confrontaciones políticas (1920-1954). In: TELESKA, Ignacio.; DURÁN, Margarita. (org.) Historia del Paraguay. 4. ed. Assunção: Santillana, 2010. p. 225-235;

Diante de todas as perdas, para alcançar o rio Paraguai em uma região navegável e obter uma “saída para o mar” que não dependesse do pagamento de tarifas, a Bolívia precisava ocupar o Chaco, e a única maneira que encontrava de se realizar tal tarefa era a ocupação militar. Para isso se fazia necessária a criação de estradas de comunicação entre os postos de guarda e fortificações, que foram criadas ao longo dos anos e em seu trajeto de maior extensão percorriam a distância de aproximadamente 600 km, atravessando pontos importantes do chaco boliviano. Toda a comunicação do exército boliviano era feita por essas estradas e pelos rios, o que posteriormente foi um grande problema para o alto comando militar da Bolívia.

Alguns estudiosos bolivianos, como Aniceto Solares, Alcides Arguedas e Jaime Mendoza, já haviam advertido de que a ocupação militar por si só não resolveria a situação no território chaquenho sem o acompanhamento do “progresso”. O escritor Jaime Mendoza, de quem a ideia de construir estradas surge e se fortalece, defendia que *“Bolívia debe pisar fuerte en el Chaco; pero no precisamente con el sable y el fusil, sino con la picota y el riel...”* (apud. SEIFERHELD, 2007 p.22), ou seja, criar estradas para que se possa abrir caminho para novos povoados e expansão ferroviária, aprimorando o conhecimento da região e efetivando a ocupação. A Bolívia abriu mais de 3000 km em estradas, porém manteve-as estritamente para os fins militares, o que custou um alto preço à Bolívia ao longo da guerra com o Paraguai, devido à falta de mão-de-obra, produtividade e conhecimento de recursos naturais.

O atraso boliviano quanto ao indicativo de progresso nessa época pode ser compreendido quando se observa a situação social da Bolívia após sua independência. De 1825 até 1930, pouco da sociedade boliviana se alterou. O latifúndio nas mãos de poucos brancos se expandiu em detrimento da população indígena, que era a grande maioria, submetida ao trabalho escravo ou análogo à escravidão. Como define Chiavenato:

O sistema de *colonato* e *pongaje* não refletia apenas a tremenda desumanidade para com o ser humano; não expressava tão só a estupidez do sentimento de “superioridade” do branco sobre o índio. Mais que isso, como é óbvio, marcava tais relações de classe o domínio das oligarquias produzidas pelo latifúndio sobre a grande maioria da nação. [...] E refletia no sistema político, formalmente em alguns períodos organizado como uma “democracia” para a minoria votante – naturalmente os latifundiários que usufruíam dos cargos em disputa ou colocavam seus testas-de-ferro para serem votados por uma classe média que vivia das migalhas que caíam da mesa farta do trabalho escravo produzido pelos índios. Uma classe média feita de brancos e poucos mestiços (os *cholos*) e que não se robusteceu politicamente porque a Bolívia nunca teve imigração européia que, nos países sul-americanos, quase sempre trouxe as sementes do inconformismo. (CHIAVENATO, 1979 p.29)

A população indígena era explorada até os ossos, gerando uma fonte de renda barata para os latifundiários bolivianos que não se preocupavam com o bem-estar, o transporte das mercadorias ou com as ferramentas de trabalho, que eram de total responsabilidade dos colonos (grupos de índios), recebendo em troca de todos os serviços apenas uma quantia de milho moído para a sobrevivência. Com isso não havia incentivo algum para que se aprimorassem as ferramentas de trabalho, as condições de vida da população ou melhorias nos sistemas de produção, estagnando a sociedade boliviana muito abaixo dos padrões de outras nações sul-americanas. Por ser a maior parte da população, os quéchuas e aimarás eram a grande fonte de mão-de-obra boliviana, estendendo seus serviços (forçados) ao campo rural, às minas de estanho e ao campo de batalha, todos eles sob a tutela de um senhor branco.

A economia boliviana baseava-se na espoliação do trabalho forçado indígena e na exportação do estanho, que financiava a repressão a qualquer um que se revoltasse contra o *status quo*. Simon Patiño¹¹, um dos homens mais importantes da Bolívia, detinha riquezas maiores que o próprio Estado boliviano, tendo enriquecido explorando as grandes reservas de estanho presentes nas montanhas andinas. Patiño tinha controle total da economia boliviana, além de ampla dominação no governo, muitas vezes financiando ditadores que estavam à mercê de suas vontades. Todo esse quadro criou na Bolívia uma corrupção extraordinária e uma inaptidão do governo em lidar com diversos problemas, corroborando para grandes derrotas durante a guerra e o posterior colapso estrutural em 1952 (CHIAVENATO, 1979).

¹¹ Simon Patiño nasceu em Santiváñez, na Bolívia, em junho de 1860. Foi um empresário e dono de uma enorme companhia de mineração na Bolívia. Começou como dono de uma mina de estanho na primeira década do século XX e em menos de dez anos se tornou um dos homens mais ricos da América do Sul. Sua influência política se tornou tão grande que Patiño tornou o Estado boliviano dependente de seu poder, exercendo assim grande controle sobre diversos setores da sociedade Bolívia (CHIAVENATO, 1979).

Figura 3 – Foto de Patiño no Jornal do Brasil

**UM GRANDIOSO GESTO
DE PATRIOTISMO**

O EMBAIXADOR DA BOLÍVIA EM PARIS POZ À DISPOSIÇÃO DO GOVERNO BOLIVIANO A QUANTIA DE 10 MILHÕES DE LIBRAS

LA PAZ, 11, (A. B.) — O actual Embaixador da Bolívia em Paris, o multimilionário "Rei do Estanho", Sr. Simon I. Patiño, num gesto de notável largueza, que evidencia um desusado patriotismo, poz à disposição do governo boliviano, em seu Banco Mercantil, a elevada quantia de 10 milhões de libras,



O embaixador Simon I. Patiño

como contribuição individual aos fundos de auxilio As despesas com o movimento nacional no território do Chaco. Aquella somma enorme será fornecida pelo Banco de sua propriedade a proporção que forem sendo necessarias nos levantamentos, de accordo com as circunstancias.

Além do magno offercimento, o millionario boliviano doou o Exército Nacional de 25 aviões de combate.

Fonte: Jornal do Brasil, ed.191, p.9, ano 1932 (recorte do autor)

Mesmo perante toda essa situação, o governo e alto comando bolivianos ainda se consideravam uma força maior que o Paraguai, devido a sua capacidade e meios militares. Liderados pelo general alemão Hans Kundt, veterano da frente oriental na Primeira Guerra Mundial, acreditava-se que o exército boliviano poderia rapidamente conquistar o Paraguai por completo, desprezando as capacidades do exército paraguaio. De fato, a Bolívia possuía uma força com o que havia de mais avançado para o período, desde tanques e morteiros, até aeronaves de bombardeio e de caça, tendo realizado diversos desfiles de armas que contribuíram internacionalmente para um maior prestígio e uma perspectiva de vitória boliviana em caso de guerra.

Contudo subestimar as forças paraguaias, que eram apoiadas secretamente pela Argentina, não foi uma decisão inteligente, pois as forças paraguaias estavam melhor preparadas em suas doutrinas e estratégias. O contínuo avanço de fortificações e estradas bolivianas, em território paraguaio, impossibilitaram a tentativa, “pacífica”, segundo a Bolívia, de conquistar o Chaco, resultando em uma série de escaramuças na fronteira no final da década de 1920 e eclodindo no conflito armado em 1932.

1.3 – Interesses de Argentina e Brasil no conflito

Apesar de estar concentrada em dois países mediterrâneos da América do Sul, a Guerra do Chaco expressou indiretamente um atrito entre dois países em disputa pela hegemonia regional, sendo eles Argentina e Brasil. Como já foi abordado, a Argentina, apesar de declarar sua neutralidade, era um aliado importante do Paraguai e buscou fazer o máximo para que o país guarani tivesse vantagens consideráveis, tanto no campo militar quanto no diplomático, visto que tinha interesses na região em disputa e na possível grande reserva petrolífera sob posse da Bolívia. Aponta Gustavo Carvalho: “Ao que tudo indica, a Argentina tinha interesse especial nas províncias boliviana de Santa Cruz e Tarija, pois além do petróleo situavam-se nessa região as reservas de ferro de El Mutún, estratégicas para a arrancada industrial argentina”¹².

A falta de veracidade da neutralidade argentina foi acusada por autores bolivianos e chegou a ser conhecida por vários países envolvidos diplomaticamente no conflito, como o Brasil, Chile, Estados Unidos da América e Uruguai (CARVALHO, 2019).

¹² E continua: “O país vislumbrava não apenas o acesso às matérias primas existentes na Bolívia, tais como petróleo, ferro e borracha, mas os meios de assegurar o futuro mercado oriental boliviano, o que possibilitaria o país exercer seu papel hegemônico no Prata.” (Flavio José, Baldivieso apud CARVALHO, 2019, p.44)

Devido a influência da obra de Mário Travassos citada anteriormente, a postura argentina reverberou na postura brasileira, que acabou adotando medidas mais favoráveis à Bolívia, ainda que mais cautelosas. O tratado de Petrópolis, por exemplo, concedia aos bolivianos algumas zonas às margens do rio Paraguai, além de outras concessões em compensação à perda de acesso ao rio Amazonas no território do Acre, irritando profundamente os paraguaios, pois consideravam aquelas zonas como suas por direito.

Após a Primeira Guerra Mundial a política externa brasileira voltou-se para a obtenção de um assento permanente no conselho da Liga das Nações, relegando qualquer questão na América do Sul ao segundo plano. A questão do Chaco apenas voltou a ter alguma relevância durante o governo de Arthur Bernardes quando surgiram problemas na demarcação de limites com o Paraguai¹³. Como afirma Gustavo Carvalho:

A política brasileira era em essência defensiva e cautelosa. Contudo, não era assim que era percebida por seus vizinhos, especialmente pelo Paraguai. Desde o início da década de 20, o Paraguai desconfiava da existência de uma entente secreta brasileiro-boliviana que poderia arrematar-lhe subitamente o Chaco. O protocolo Flores-Pacheco, de setembro de 1925, aos olhos paraguaios, por exemplo, era uma óbvia tentativa brasileira de franquear à Bolívia acesso ao rio Paraguai. (CARVALHO, 2019 p.59)

Havia também a preocupação, principalmente no meio militar, em relação à soberania da região de fronteira, o que gerava divergências internas na política externa brasileira. Como continua Carvalho:

A política comedida do Itamaraty, no entanto, não era consensual no seio do próprio governo brasileiro. A postura assertiva do Paraguai acerca da soberania sobre o rio Paraguai, conclamando para si a soberania de ilhas no seu curso, trazia preocupações à caserna. Os militares brasileiros preocupavam-se, em especial, com a presença incontestável dos interesses comerciais argentinos e paraguaios no oeste do Mato Grosso, próximos à região em litígio, naquilo que ficou conhecido como “questão Nabileque” que envolvia a propriedade de argentinos sobre terras devolutas nas fronteiras oeste do país, próximo de zonas estratégicas, como o forte Coimbra e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. (CARVALHO, 2019 p.63-64)

O interesse brasileiro na guerra do Chaco se dava principalmente, portanto, para frear a expansão do controle que o Estado argentino exercia economicamente na América do Sul, que era entendida como uma ameaça à soberania brasileira na região de fronteira (RODRIGUES; SILVA, 2019). As autoridades brasileiras, temendo que grandes intervenções no assunto prejudicassem as relações bilaterais com a Bolívia e observando a dificuldade de se obter sucesso nas intervenções pacificadoras no passado, evitavam

¹³ Na tentativa de demarcar a fronteira com o Paraguai entre o rio Apa e a Bahia Negra, o Brasil insistia em garantir uma cláusula condicional que ressaltasse os direitos bolivianos sobre um território na margem do rio Paraguai e por consequência sobre o Chaco. (CARVALHO, 2019)

qualquer participação multilateral para resolver o conflito diplomaticamente, o que contribuiu ainda mais para que o sentimento de uma “aliança secreta” entre o Brasil e Bolívia se propagasse no Paraguai. O conflito de interesses entre Brasil e Argentina remete à Guerra contra o Paraguai, onde após a cessação das hostilidades o Brasil buscou limitar as conquistas territoriais da Argentina sobre o território paraguaio, mantendo uma influência política no país guarani por certo tempo.

Entretanto, enquanto o Brasil terminava o conflito com sérios problemas financeiros e não conseguia efetuar a ocupação econômica, a Argentina, que reforçou sua economia durante a guerra ao vender suprimentos para as tropas aliadas, acumulou grande quantidade de capital que posteriormente pôde ser utilizado para expandir sua influência no Chaco paraguaio, aproveitando-se da situação em que vivia o Paraguai elaborada anteriormente (MONIZ BANDEIRA, 1998).

2 – O JORNAL DO BRASIL

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Souza Dantas, pouco depois da proclamação da República. Localizado na Rua Gonçalves Dias, no centro do Rio de Janeiro, a redação do jornal contou com a direção do próprio Dantas, Henrique Villeneuve na gerência, e Sancho de Barros Pimentel na chefia de redação. Possuiu grandes laços com a monarquia, visto que Dantas, o fundador do jornal, foi ministro do Império em 1882 e a data de lançamento do jornal foi escolhida para ser no aniversário de um dia simbólico para a monarquia. Apesar de manter inicialmente a cautela em suas publicações a fim de não sofrer repressão do governo republicano, com a chegada de Joaquim Nabuco em junho de 1891 as críticas ao regime republicano se intensificaram e o jornal sofreu retaliações, até ser invadido em dezembro do mesmo ano. Dantas, Nabuco e Pimentel deixaram o jornal, que logo passou para novos proprietários. (FONSECA, 2008)

Em 1893, o jornal passou a ser uma sociedade anônima e se declarou como imparcial, mesmo que seus sócios fossem em sua maioria titulares do Império. A partir desse momento, a postura do jornal se tornou muito mais empresarial e inovadora, enviando correspondentes estrangeiros para diversos países¹⁴, abrindo uma seção destinada à mulher com Clotilde Doyle na autoria, e uma coluna dedicada ao cinema veiculada aos domingos. O jornal passou a ter um posicionamento legalista, atacando continuamente os partidários de Floriano Peixoto, quando Rui Barbosa assume a direção do jornal. Rui Barbosa mudou o “Z” de Brasil para “S” no título, além de contratar os serviços telegráficos da agência *Reuters-Havas* (FONSECA, 2008).

Com o fim da presidência de Floriano Peixoto e início do mandato de Prudente de Moraes, trazendo consigo a “política do café-com-leite”¹⁵, o jornal também iniciou uma nova fase que se estendeu por um longo período, transformando-se de acordo com as tendências comerciais e políticas, com os posicionamentos das direções e redatores que passaram pelo periódico, dentre outros fatores do período. As notícias da agência *Havas* continuaram sendo divulgadas diariamente e o jogo do bicho passou a ganhar mais destaque na capa, por exemplo (FONSECA, 2008).

¹⁴ Alemanha, França, Itália, Bélgica, Estados Unidos, Portugal e Inglaterra. (In. FONSECA, 2008, p.26)

¹⁵ Período da República do Brasil onde se formou uma oligarquia política no eixo São Paulo-Minas Gerais, onde se localizavam os grandes produtores de café e de laticínios

A partir de 1900, o *Jornal do Brasil* passou a ter cunho muito mais popular. Além de ser expedido para todo o país, possuiu uma tiragem que chegava a 62.000 exemplares diários em 1902, sendo um número extraordinário para a época e que competia com o de outros grandes jornais diários da América do Sul, como o *La Prensa*, de Buenos Aires. O *Jornal do Brasil* contava com seções para as notícias internacionais recebidas de diversas agências de notícias, seções para as reivindicações da população do Rio de Janeiro, informações de diversos eventos culturais, seções religiosa e esportiva, palpites e resultados do jogo do bicho, notícias de outros estados, publicava a cobertura de festas populares, religiosas e do carnaval, seções com quadrinhos e caricaturas, dentre outras. Dessa forma, o *Jornal do Brasil* não se limitava a noticiar fatos, mas contribuía para divulgar elementos culturais da então capital brasileira ao resto do país, alcançando um público essencialmente diverso, caracterizando-o como um periódico popular (FONSECA, 2008).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o jornal fez cobertura diária do conflito, destacando as chamadas de capa da seção “Europa em Guerra”, utilizando-se amplamente de fotografias, que nessa época começaram a ter maior presença em diversos periódicos ao redor do mundo. As notícias telegráficas, que eram recebidas principalmente pelas agências de notícias europeias, ocupavam grande parte da edição, detalhando as movimentações no campo de batalha e assuntos pertinentes à guerra. Entretanto, com o final do conflito em 1918, ocorreu um encarecimento dos produtos usados pela indústria gráfica, que na época eram dependentes da importação, provocando uma grave crise financeira no *Jornal do Brasil*, que ainda estava se recuperando dos seus investimentos em modernização (FONSECA, 2008).

Durante a década de 1920 o jornal continuou investindo na sua característica popular e se manteve acompanhando as tendências e interesses da população. Contudo a partir de 1930, com a tomada do poder por Getúlio Vargas, os periódicos que apoiaram a Aliança Liberal foram liquidados ou não puderam retomar suas atividades de imediato, onde o *Jornal do Brasil* foi invadido e bloqueado de circular por 4 meses. A volta para a circulação só foi possível com a censura de matérias antes de sua publicação. A postura do jornal tornou-se, portanto, bem mais cautelosa, atuando timidamente em favor da reconstitucionalização (FONSECA, 2008).

Com os constantes problemas financeiros que o jornal enfrentava, José Pires do Rio foi convidado para atuar como diretor-tesoureiro do jornal, trazendo uma reestruturação em 1934 que dava maior ênfase nos classificados, reduzindo drasticamente

o destaque para questões políticas, culturais e o interesse pelas artes e literatura. Isso contribuiu para que o *Jornal do Brasil* perdesse aos poucos sua importância como órgão noticioso e recebesse o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”, devido à enorme quantidade de classificados e anúncios nas primeiras páginas (FONSECA, 2008).

Durante a década de 1930 e administração de Pires do Rio, as quatro primeiras páginas eram sempre dedicadas aos classificados e a quinta página dedicada ao editorial do jornal. As notícias das agências geralmente se encontravam na seção do serviço telegráfico, normalmente após a oitava página, conglomerando grande parte das informações diárias internacionais. Diferentemente das primeiras cinco páginas que possuíam padrão gráfico e estrutura padronizada, as outras páginas do periódico mantinham apenas um padrão gráfico enquanto a estrutura da página era variável. Como aponta Letícia Pedruce Fonseca:

Isso mostra que o paginador utilizava regras no uso dos elementos, mas definia a estrutura das páginas de acordo com o material disponível em cada dia. Essas reflexões foram baseadas na observação da fonte primária, no acervo do jornal. A afirmação de que a construção das páginas era trabalhada diariamente se baseia na constatação de que muitas vezes foi difícil identificar o uso padrão de um mesmo elemento. Comumente o título de uma seção era apresentado numa tipografia e às vezes mudava em algumas edições. Isso comprova que não havia sistematização obrigatória como existe nos projetos gráficos dos jornais atualmente. A cada aspecto observado existe sempre uma exceção que não permite que se afirmem quais regras eram usadas para compor o impresso. Como o jornal era paginado, as mudanças gráficas ocorriam paulatinamente, assim o leitor não se deparava repentinamente com um novo jornal, como acontece atualmente quando um periódico modifica seu projeto gráfico. (FONSECA, 2008 p.140-142)

As diferentes administrações do jornal sempre mudaram a forma como diário era montado e apresentado, sendo visíveis as diferenças ao longo dos anos. Inicialmente o jornal era mais voltado para a literatura, porém com o passar dos anos e as mudanças da direção, o jornal passou a dar enfoque em matérias noticiosas, mais sucintas e diretas (FONSECA, 2008). A inserção de imagens, fossem elas ilustrações ou fotografias, contribuiu para uma grande diferença gráfica na organização das edições. A apresentação textual das matérias também foi alterada ao longo dos anos, com os títulos e subtítulos tendo ganhado maior destaque centralizados em relação ao número de colunas da matéria, que até a década de 1920 eram postos sem destaque em apenas uma única coluna, tornando o jornal visualmente mais vertical. É apenas a partir da década de 1920 que a organização hierárquica do conteúdo das matérias passou a ser melhor aproveitada, alocando as de maior importância para os espaços nobres das edições e contribuindo para a identidade visual do jornal nessa época.

As matérias sobre a Guerra do Chaco diversas vezes foram apresentadas aos leitores sob o título de “a questão do Chaco” na seção do serviço telegráfico. Entretanto, além de notícias pertinentes que não estavam diretamente conectadas com o conflito do Chaco, é possível encontrar notícias sob outros títulos e subtítulos ou em outras seções.

Apesar de poucas vezes ocupar um lugar de destaque nas edições, a presença de alguma matéria sobre o conflito entre Paraguai e Bolívia foi constante por todo o período da guerra, desde as primeiras escaramuças anteriores ao confronto deliberado até o armistício e as conferências de paz que se seguiram. Além das notas oficiais dos dois países envolvidos indicando o movimento das tropas no campo de batalha e os resultados dos choques entre os exércitos, muitas vezes endossados para exaltar os próprios ganhos ou reduzir perdas para o inimigo, o jornal apresentou continuamente as disputas diplomáticas e comentários sobre a situação como um todo.

2.1 – As agências de notícias

Durante a década de 1930 as notícias internacionais que o jornal publicava, em especial as relativas à Guerra do Chaco, vinham de algumas agências de notícias, sendo as principais a francesa *Havas* e a estadunidense *United Press*¹⁶. Essas duas agências, assim como a também estadunidense *Associated Press*, dominavam o mercado de notícias telegráficas na América do Sul, com a *Havas* tendo perdido espaço para outras após a Primeira Guerra Mundial. Pesquisas em agências de notícias em períodos prévios à era das digitalizações são difíceis devido à ausência de suporte físico, visto que poucas agências arquivavam materiais não aproveitados por seus clientes e descartavam aquilo que já havia sido enviado aos diversos periódicos que contratavam seus serviços. Portanto, grande parte da produção dessas agências que não está nos arquivos dos jornais e revistas que os assinavam acabou se perdendo ou se encontra com um acesso extremamente dificultado (AGUIAR, 2020).

As agências européias e norte-americanas operavam de formas distintas. Como aponta José Afonso da Silva Júnior:

A estruturação dos modelos das agências, em torno da realidade européia e norte-americana, coloca dois perfis de uso de redes. O padrão europeu delinea-se em torno de redes complementares. Era uma rede de redes, mas com alcance limitado, pois a área de disseminação ou apuração de uma agência terminava quando começava a outra. Esse modelo é reforçado, quando, mais tarde, as agências da Europa constituem um cartel que visa garantir a operação em áreas geográficas exclusivas. No padrão americano o que se tinha era a idéia de uma rede expandida, ou ao menos expansível à medida que se amealhasse novos sócios. Nesse molde, os membros associados repartiam o custo operacional da agência. A troca de informação intermediada pela agência se dava de modo parcialmente livre entre os membros, desde que se assinasse o serviço e se alimentasse o sistema, poder-se-ia receber e enviar material (COOPER, 1942, p.89). Segundo alguns autores (FENBY, 1986, STOREY, 1951), esse modelo

¹⁶ O jornal também assinava os serviços da agência Americana, extinta em 1930, e pela Agência Brasil, ambas agências nacionais de menor escala.

se aproximava do que seria uma forma mais pura de uma agência voltada para a informação de notícias, pois, o próprio conjunto de assinantes eram jornais, fornecendo e se servindo do material de modo cooperativo. (SILVA Jr., 2006 p.94)

Essa distinção pode ser entendida como a adequação dos métodos e configurações à geopolítica pertinente da época e local do surgimento dessas agências. Ao longo dos anos esses métodos acabaram se mesclando para atender às necessidades que as agências encontravam para se expandir ao redor do mundo, todavia são importantes para compreender as características operacionais e o fluxo de informações que era determinado pela formação organizacional das agências (SILVA Jr., 2006). Por muito tempo, as agências europeias dominaram completamente o mercado internacional de notícias, sendo apenas após a Primeira Guerra Mundial que algumas agências estadunidenses passaram a ter mais força internacionalmente. De fato, as agências europeias formaram um cartel durante boa parte do século XIX e a primeira década do século XX, dividindo as zonas de atuação ao redor do mundo entre a agência britânica *Reuters*, a francesa *Havas* e a alemã *Wolff*¹⁷.

Na América do Sul, apesar de inicialmente haver uma parceria entre a *Reuters* e a *Havas*, em 1876 a agência britânica se retirou da região, fortalecendo o monopólio da agência francesa por um longo período na distribuição de material jornalístico para a imprensa sul-americana e especialmente a brasileira (AGUIAR, 2020). Houve algumas agências brasileiras de notícias, mas nenhuma delas superou a esfera nacional. Em 1937 o governo de Getúlio Vargas instituiu a Agência Nacional, que logo foi incorporada ao Departamento de Imprensa e Propaganda a fim de fornecer conteúdo para a imprensa brasileira, censurando as matérias e entregando materiais a serem publicados no lugar das pautas cortadas (AGUIAR; LISBOA apud. AGUIAR, 2020). De acordo com um artigo da UNESCO, na década de 1950 apenas seis agências de notícias telegráficas alcançaram a esfera mundial, sendo elas a *Agence France-Presse* (AFP, antiga *Havas*), *Associated Press* (AP), *Reuters*, *International News Service* (INS), *Telegrafnoye Agentstvo Sovetskavo Soyuza* (TASS) e *United Press International* (UPI).

A UNESCO define as agências de esfera mundial como:

an agency which maintains a network of correspondents to collect news in a great number of countries and a headquarters staff which edits these news items, as well as domestic news, and despatches them as quickly as possible: (a) to the agency's bureaux abroad for local distribution to newspapers and

¹⁷ Durante a Primeira Guerra Mundial o cartel foi desmantelado, e ao final dela a agência *Wolff* foi fechada, possibilitando a ascensão das agências americanas no mercado global e posteriormente da soviética TASS no Leste Europeu, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

broadcasting stations; (b) to national agencies with which it has an agreement; and (c) directly to subscribing newspapers and broadcasting stations abroad. Such agencies use extensive telecommunications facilities for the reception and transmission of their services. [...] All important national agencies and many newspapers and broadcasting stations subscribe to the services of one or several of these world agencies. (UNESCO, 1953 p.35)

Como dito anteriormente, o *Jornal do Brasil* assinava os serviços da *Havas* e da *United Press*, que foram as principais fornecedoras de notícias sobre a Guerra do Chaco na década de 1930. A agência *Havas* foi fundada em 1835 na cidade de Paris, tendo se aproveitado do cartel com as agências *Reuters* e *Wolff* para se tornar uma grande agência internacionalmente. Após o fim do cartel, o governo francês passou a intervir diretamente na gestão da agência, subsidiando investimentos e cobrindo gastos para manter a continuidade operacional, que perseverou até a invasão da França pela Alemanha após 1939¹⁸. A agência *United Press* foi fundada em 1907 na cidade de Nova York e expandiu-se para fora dos Estados Unidos rapidamente em 1914, dobrando sua clientela de jornais e agências assinantes. No estopim da Primeira Guerra Mundial, os periódicos da América do Sul recebiam suas notícias majoritariamente através da *Havas*, entretanto como o governo francês tinha controle sobre os materiais transmitidos a agência foi perdendo forças, e outras agências como a *United Press*, que se inseriu no mercado sul-americano como fornecedor de notícias em 1915, passaram a ter maior presença. A *United Press* criou uma forte ligação com o jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, montando sua sede da América do Sul na capital Argentina e distribuindo seus serviços para o interior sul-americano a partir de lá. Em 1929 a *United Press* já enviava notícias para 1.170 jornais em 45 países e territórios e em 1935 foi a agência pioneira na oferta de notícias para as estações de rádio (UNESCO, 1953).

2.2 – Os comentários do jornal sobre a Guerra do Chaco

Antes de eclodir a guerra em 1932, o jornal apresentou ao seu público leitor diversas notícias relacionadas às relações exteriores entre os países envolvidos, tendo buscado sempre que possível exaltar a cordialidade entre as nações, apesar dos crescentes atritos entre Paraguai e Bolívia. Os acordos e tratados realizados entre o Brasil e ambos os beligerantes, assim como as atividades diplomáticas que o Estado brasileiro realizava

¹⁸ Em 1940 o governo da França comprou todo o aparato de informação para montar um escritório de propaganda, que foi tomado pelos alemães após a invasão. Após a guerra, vários serviços franceses independentes de informação que serviram à resistência se unificaram para formar a Agence France-Presse, com a maioria de seus empregados consistindo em ex-empregados da agência *Havas*. (UNESCO, 1953)

apareceram em alguns momentos ao longo da década de 1920 e início de 1930. Em 5 de setembro de 1925, por exemplo, o jornal publicou um telegrama da *United Press* informando sobre alguns protocolos assinados em La Paz entre o Brasil e a Bolívia¹⁹. Primeiramente se fixou as fronteiras entre os dois países em algumas regiões na bacia amazônica, firmou-se o comprometimento do governo brasileiro em construir ferrovias entre Puerto Suarez e Santa Cruz, para dar acesso a malha ferroviária brasileira que leva ao porto de Santos, assim como a entregou a Grão Cruz da Ordem de Condor ao embaixador brasileiro destinada ao então presidente Arthur Bernardes. Já em 21 de fevereiro de 1929, o jornal publicou um telegrama sobre outro tratado de limites²⁰, desta vez com o Paraguai, onde o senado deste país foi convocado para discuti-lo, tendo o senador Modesto Guggiari e outros dois senadores votado contra sua assinatura por ser inconveniente aos interesses paraguaios.

Na edição de 4 de maio de 1930, sobre as relações exteriores do Brasil o jornal aponta que a política da gestão de Octávio Mangabeira foi “da mais estreita cordialidade com todos os países americanos, de par com as melhores relações possíveis com as demais nações”²¹. De fato, a política externa brasileira nesse período visava a absoluta não intervenção, afim de não se indispor com nenhum dos lados e manter boas relações com todos os seus vizinhos, visto que as políticas dos governos anteriores acabaram isolando o Brasil do seu contexto regional (CARVALHO p.60)²². Em 27 de maio de 1930 o jornal continua, afirmando que:

o que caracteriza a gestão do Sr. Mangabeira no Itamaraty é principalmente o tato com que S. Ex. encaminha a atividade internacional do Brasil evitando os choques e atritos. O quadriênio atual persistirá, sob esse aspecto, como o quadriênio de maior cordialidade de nossa política exterior.²³

Essa preocupação com a imagem do Brasil e não intervenção nas questões que surgiam entre os vizinhos permitiram a Argentina tomar a intermediação a seu favor, o Paraguai organizar sua preparação para uma eventual guerra e escalonar o conflito com a Bolívia.

¹⁹ *Jornal do Brasil*, ed. 213, p.9, ano 1925

²⁰ *Jornal do Brasil*, ed. 45, p.9, ano 1929

²¹ *Jornal do Brasil*, ed. 107, p.10, ano 1930

²² Segundo Eugenio Vargas Garcia: “Em 1926, o saldo do quadriênio (Arthur) Bernardes para a política externa brasileira era francamente negativo: o país estava isolado politicamente, afastado de seus vizinhos sul-americanos, malvisto na Europa desde a crise da Liga das Nações, e ignorado pelos Estados Unidos, que não apoiavam os pleitos brasileiros (Santiago, Genebra), e ainda faziam campanha contra o café brasileiro.” (GARCIA apud. CARVALHO, 2019)

²³ *Jornal do Brasil*, ed. 126, p.5, ano 1930

Essa controvérsia da política externa também era questionada pela caserna, como mencionado anteriormente, e no *Jornal do Brasil* as preocupações dos militares apontavam já em 1921. Na edição de 14 de dezembro daquele ano o editorial do jornal publicou um texto intitulado “a venda do território nacional”²⁴, onde acusa o governo do Estado de Mato Grosso de vender territórios na fronteira para estrangeiros a preços irrisórios sendo que a faixa de terras próximas à fronteira pertencia à União, mas principalmente por conta dos interesses de empresas argentinas no vale do Nabileque e proximidades. Contudo, essa questão não reapareceu no período pesquisado (décadas de 1920 e 1930).

Quando os choques entre o Paraguai e a Bolívia começaram a aumentar, principalmente a partir de 1927, as notícias sobre o conflito que até então eram esporádicas e pequenas se tornam mais frequentes e com maior destaque. Na edição de 22 de março de 1927, o assassinato do tenente aviador paraguaio Rojas Silva toma a manchete principal da seção do serviço telegráfico, com o telegrama da *United Press* destacado no meio da página anunciando que:

O Correspondente do jornal “La prensa” em Assumpção anuncia que as explicações da legação da Bolívia sobre a morte do Tenente Rojas Silva do Exército paraguayo não são satisfatorias e que a opinião publica começa a agitar-se. Hontem de tarde os Ministros do Brasil e do Peru’ conferenciaram com o Ministro das Relações Exteriores sobre o incidente.²⁵

Em 18 de dezembro de 1928, após o exército paraguaio tomar o fortim *Vanguardia* no dia 8 e gerar uma série de retaliações bolivianas, novamente a questão ocupa a manchete principal, tendo praticamente a metade inferior da página destinada aos diversos telegramas da *Havas* e *United Press* noticiando a repercussão mundial da contenda²⁶, além de um mapa e outros textos contextualizando a situação em outra página²⁷. De acordo com David Zook, a guerra total entre Paraguai e Bolívia só não estourou neste momento pois ambos tinham uma manifesta incapacidade militar para prosseguir com as hostilidades (ZOOK, 1997 p.64).

O editorial do jornal sempre deixou claro sua postura pacifista e “pan-americanista”²⁸, de irmandade e cordialidade entre todas as nações do continente

²⁴ *Jornal do Brasil*, ed. 326, p.6, ano 1921

²⁵ *Jornal do Brasil*, ed. 69, p.9, ano 1927

²⁶ *Jornal do Brasil*, ed. 302, p.7, ano 1928

²⁷ *Jornal do Brasil*, ed. 302, p.10, ano 1928

²⁸ O pan-americanismo foi um movimento encabeçado pelos Estados Unidos ao final do século XIX com a finalidade de difundir discursos e ideais políticos baseados na noção e valores de democracia e liberalismo existentes nos EUA, onde esses são entendidos como um elemento comum dentro do continente americano, que supostamente é governado pelos seus povos. (MINELLA, 2013)

americano. A 17 de julho de 1930, o editorial do jornal publicou o artigo “política pan-americanista” em que dizia ser:

[...] assaz auspicioso o movimento de mais estreita confraternização, que entre [os países do Novo Mundo] se vem observando, desde o termino da questão de Tacna e Arica e da conciliação em torno do Chaco Boreal. A boa vontade manifestada pelos governos dos paizes que vinham mantendo querellas indefinidas e talvez estereis, por motivo da posse sobre aquellas regiões, não ficou, felizmente, nas soluções amigaveis que puzeram termo a taes conflitos. Com efeito, após o perfeito reatamento das relações de amizade entre o Chile e a Bolivia, observa-se uma acentuada tendencia com idênticos propositos. [...] A resolução recente do governo do Paraguay nomeando ministros residentes na Colombia no Mexico e em Cuba revela de modo alviçareiro, esses propositos de uma larga política de paz internacional. Quanto á Bolívia, sabe-se estar havendo, nos meios diplomaticos, um forte empenho no sentido de que corresponda aqueles nobres intuitos do Paraguay. [...] Oxalá, pois, essa era de concordia entre as nações americanas – do sul, do centro e do norte – marque um período de novas e crescentes prosperidades para o Novo Mundo.²⁹

Mesmo com diversas tentativas diplomáticas de apaziguar os dois países mediterrâneos não foi possível acalmar os ânimos de guerra que se instauravam desde 1928, mesmo que, no ano de 1930, as perspectivas de uma solução pacífica para o conflito fossem favoráveis. O fracasso da solução diplomática, entretanto, não se deu por má fé ou por um desejo insaciável de guerra, mas sim por uma série de fatores complexos. A situação interna dos dois países, a confiança de que postergar a solução geraria termos mais favoráveis, a propensão às soluções militares para satisfazer as aspirações nacionais e a determinação em possuir e defender o Chaco são os principais motivos que Zook aponta como responsáveis pela quebra das relações em 1932.

Na edição de 20 de julho de 1932, o editorial do jornal comenta a situação diplomática quando a delegação paraguaia se retira da Conferência dos Neutros em Washington³⁰ escrevendo o seguinte:

Com isso, desvanecem-se as esperanças no exito da tentativa que se vinha realizando em Washington. Esse caso tem sido a fonte de innumerous incidentes, encontros de tropas e dissidios entre os governos do Paraguay e da Bolívia. Vale, consequentemente, por uma ameaça á paz americana e contraria os propositos de manutenção e estreitamento dos laços de amizade entre os povos da America. Não quer isso, entretanto, dizer que o fracasso, que é quase certo daquela conferencia, estorve definitivamente por muito tempo os trabalhos no sentido de encontrar-se uma formula para a questão. Os demais paizes da America Latina devem insistir nas tentativas e negociações até que estas tenham exito completo. Nenhum sul-americano acredita na possibilidade de vir a ser turbada a paz do continente. Os choques de interesses particulares e questões territoriaes entre algumas nações não hão de prevalecer sobre os

²⁹ *Jornal do Brasil*, ed. 170, p.5, ano 1930

³⁰ Foi uma das principais conferências até meados de 1932 em favor da solução pacífica do litígio, composta pela Comissão dos Neutros que era integrada por diplomatas de cinco países: Estados Unidos, Colômbia, Cuba, México e Uruguai (CARVALHO, 2019)

interesses gerais e mais altos da paz continental, da amizade americana e sobre as vantagens materiais da união de todas e da proteção recíproca.³¹

Com a Guerra do Chaco tendo iniciado efetivamente, a partir desse momento a cobertura que o jornal fez da contenda foi praticamente diária até o armistício e a fórmula de paz em 1935, mesmo que em diversas edições se publicasse um pequeno informe em uma única página e esporadicamente houvesse uma edição sem atualizações do tema. Inicialmente acreditava-se que a Bolívia dominaria facilmente o Paraguai por ter forças militares maiores e melhor equipadas, e a própria Bolívia subestimava as forças paraguaias em seus planos de operações, alegando não ser necessários mais de cinco batalhões reforçados acompanhados de algumas baterias de artilharia de montanha (ZOOK, 1997 p.126). Essa vantagem do aparato bélico boliviano e a situação inicial desfavorável ao Paraguai contribuiu para uma perspectiva geral de vitória boliviana, demonstrada pelo jornal no artigo publicado em 5 de agosto de 1932, elaborando que:

É preciso mudar a conhecida expressão ‘cabeça de turco’ para ‘cabeça de paraguayo’. O Paraguay acaba sempre ‘tomando na cabeça’. Será destino? Não custa nada entregar a questão aos arbitros. O que as nações do continente deviam fazer é obter de Assumpção e La Paz que o caso fosse submetido á decisão de uma justiça internacional de convenção espontanea. Pelas armas, vão vendo que o Paraguay acaba perdendo mais uma vez. Assumpção, por esse andar, será daqui a cem annos uma capital sem territorios. Se é que ainda será capital de alguma cousa!³²

Essa perspectiva logo se esvaiu quando em setembro os paraguaios vencem a batalha decisiva de Boquerón, afastando ainda mais os Bolivianos das margens do rio Paraguai e assegurando uma vantagem estratégica e psicológica para os paraguaios³³. Apesar da deflagração da guerra em 1932 e a impossibilidade de se chegar a qualquer acordo que mantivesse a paz, não houve uma declaração oficial de guerra de nenhuma das partes no primeiro ano de batalhas. Tanto Paraguai quanto Bolívia assumiram o estado de guerra sem se preocupar com as formalidades diplomáticas internacionais. Em setembro do mesmo ano também se inicia o confronto armado entre a Colômbia e o Peru pela região de Letícia, que dividiu espaço com as notícias da guerra do Chaco no jornal. Em 30 de outubro o jornal faz seus comentários acerca das guerras sem declaração:

Antigamente, quando um país queria conquistar territorios de outro, ou simplesmente dirimir uma contenda de fronteiras, declarava a guerra. As regras internacionaes não dispensavam esse termo do processo – que era como a petição inicial, o articulado expositivo da questão, afim de que o tribunal da opinião publica mundial pudesse julgar de que lado estava a razão. Já agora,

³¹ *Jornal do Brasil*, ed. 171, p.5, ano 1932

³² *Jornal do Brasil*, ed. 185, p.5, ano 1932

³³ Apesar do alto número de baixas do lado paraguaio, essa vitória quebrou por completo a ideia de superioridade militar boliviana que existia internacionalmente (CARVALHO, 2019)

não se usa disso. Tivemos, primeiro, a guerra entre a China e o Japão, a proposito da Mandchuria. O Japão levou tambem seus ataques a Shangai. E durante semanas inteiras houve, tanto na Mandchuria como em Shangai, desembarque de tropas, occupação de terrenos estrategicos, combates, bombardeios. Tudo isso sem que as duas potencias amigas tivessem declarado a guerra. [...] Depois, veiu o caso do Chaco. Ha mezes que a Bolivia e o Paraguay, com grande movimento de tropas, se dão batalha na região litigiosa. O telegrapho, tanto de La Paz como de Assumpção, annuncia-nos cada dia, tomada de fortes e fortins, os mortos de cada batalha, os prisioneiros, a convocação de unidades do exercito e as subscrições para compra de armamentos. E não ha guerra declarada entre aquelles paizes amigos... Finalmente mais um caso. Os peruanos invadem um departamento colombiano, nas vizinhanças da cidade brasileira de Tabatinga, e occupam Loreto, que pertence á Colombia. E igualmente não ha guerra entre os dous paizes, tambem amigos. Nenhma declaração existe nesse sentido. Porém o territorio colombiano, garantido por um tratado entre o proprio Perú e a Colombia, está occupado por civis peruanos, entre os quaes, dizem as más línguas, ha officiaes do exército peruano. [...] Com franqueza, antigamente era mais bonito.³⁴

Mesmo após um ano do início das hostilidades e os constantes choques e batalhas no campo de batalha, ainda não se havia declarado oficialmente a guerra. Como em 1932 o Brasil passava por uma crise interna com a guerra civil paulista, o Itamaraty se articulava com extrema cautela e evitou fazer qualquer movimento que criasse indisposição com os beligerantes e que pudesse ameaçar a unidade e segurança nacionais³⁵. Em 31 de março de 1933 a redação do jornal desenvolve:

Ha mais de um anno se peleja ininterruptamente nas planicies do Chaco, não obstante não haver, até hoje, nenhuma declaração de guerra entre Bolívia e o Paraguay. E día a día o conflicto se agrava, com o desenvolvimento dos exercitos em ação, sem que se possa ter a impressão de um termo proximo para a enorme sangueira do Chaco. Ao contrario, o que se observa é que as duas nações em guerra não possuem meios bastante para uma victoria completa pelas armas. Nenhuma conseguirá impôr a sua vontade á outra. Nem o Paraguay tem recursos de gente e de dinheiro para esmagar os exercitos bolivianos, e muito menos para alcançar o inimigo, nos altiplanos em que elle vive; nem a Bolívia conseguirá concentrar, no Chaco, todos os meios para uma offensiva capaz de quebrar a resistencia paraguaya. O que vemos nesses mezes e mezes de guerra continua são apenas victorias parciaes, que os communicados exageram, que a imprensa glorifica, mas que ficam sempre sujeitos a rectificações no día seguinte, ou porque outras victorias, em sentido opposto, venham invalidar o seu sentido, ou porque o novo sector de combate apresente obstaculos ainda maiores que aquelles que na vespera foram transpostos. Dentro dessas realidades, a guerra do Chaco afigura-se a todos uma guerra que não tem fim, uma guerra que as armas não resolvem. Todos os dias, entretanto, os campos de batalha se cobrem de mortos; as despezas da peleja virão depois onerar as gerações futuras, em duas patrias cobertas de luto [...] Apenas não comprehendemos que o Brasil não faça sentir mais vivamente a sua actuação, no sentido da concordia. Nenhum paiz deve ter mais interesse pela paz do que o Brasis; nenhum paiz nos deve exceder no esforço para a harmonisação dos povos. Sempre foram essas as idéias que nos guiaram na

³⁴ *Jornal do Brasil*, ed. 259, p.5, ano 1932

³⁵ O governo brasileiro precisava manter boas relações com Argentina, Bolívia e Paraguai para evitar o contrabando de armas aos paulistas preocupando-se principalmente em vigiar as fronteiras do Mato Grosso. Isso, porém, não impediu que o contrabando se concretizasse. (CARVALHO, 2019)

política exterior. Como esqueceras agora, em face de um caso concreto, quando tudo indica que a firmeza de nossa interferência pode ser precioso elemento para a victoria da causa pacifista? Os telegrammas de hontem, como outros dos dias anteriores, falam apenas na acção dos governos da Argentina e do Chile. Porque o Brasil não figura nesse rol? Porque não somos o primeiro no esforço para a solução do conflito do Chaco? Deixemos que os outros paizes nos excedam em outros dominios da actividade humana, mas conservemos comnosco, vigorosamente, a tradição de não haver nenhuma outra nação que, mais do que o Brasil, tenha servido e esteja servindo á paz.³⁶

De fato, o Brasil se absteve de quaisquer mediações do conflito ao lado dos outros vizinhos dos beligerantes até meados de 1933 quando Vargas e o Itamaraty passam a atuar mais assertivamente na retomada da paz no continente. Ao final de 1932 a situação na América do Sul era de extrema instabilidade, onde além dos conflitos do Chaco e de Letícia, a situação interna do Chile e uma tensão entre Uruguai e Argentina amedrontavam uma possível ruptura da paz continental. Já em dezembro de 1932, com o fracasso das propostas de paz formuladas pelos países neutros, a Argentina, através do chanceler Saavedra Lamas, apresentou sua proposta de paz. A ideia era cessar as hostilidades, organizar uma conferência em Buenos Aires e submeter a questão à arbitragem da Corte de Justiça Internacional de Haia, ou seja, à Liga das Nações.

O Chile também apresentou sua própria proposta, resolvendo unificar seus esforços com a Argentina, formulando em fevereiro de 1933 a Ata de Mendoza. A proposta foi enviada para os governos do Brasil e Peru para que tomassem ciência e se mantivesse um acordo prévio de cooperação entre as quatro nações para a solução do caso. O Brasil concordou com os termos da proposta, porém exigiu algumas condições para a intervenção. O Paraguai aceitou os termos com algumas ressalvas, porém a Bolívia, que nesse momento tinha a iniciativa no campo de batalha e estava no meio de uma operação ofensiva, além de não confiar no Chile e na Argentina, não aceitou a fórmula de Mendoza, impondo garantias severas à arbitragem do território para que a fórmula fosse aceita (CARVALHO, 2019). Em 16 de abril de 1933 a redação do jornal comenta a tentativa brasileira de avançar com o processo de paz da Ata de Mendoza:

Annuncia-se uma intervenção decidida do Brasil, no sentido da paz entre a Bolívia e o Paraguay. A replica do Paraguay á proposta de Mendoza deixara a impressão de que seria facil o encaminhamento de um armistício. Restava, pois, insistir. A acção do Brasil não deveria tardar, no sentido da harmonisação, e sómente applausos merecerá o esforço que venha a empregar, em apoio do trabalho de conciliação. A notícia, aliás, coincide com declarações do Ministro do Exterior do Chile, Sr. Cruchaga Tocornal, que informa haver esforço conjugado de quasi todas as nações sul-americanas, para conseguir um paradeiro no morticinio do Chaco. O embaraço maior derivava da linha de limites provisorios entre a Bolívia e o Paraguay. Não tendo havido declaração

³⁶ *Jornal do Brasil*, ed. 76, p.5, ano 1933

de guerra, não se pode fixar um momento que se afigure aos belligerantes como o de demarcação justa de suas fronteiras. Antes do primeiro ataque aos fortins paraguayos, houve invasão da Bolívia e conquista de território alheio, dizem os paraguayos. Os bolivianos allegam de sua parte a mesma cousa. De modo que a fixação de uma portaria anterior, ou do *status que ante*, pareceria a consagração da conquista inimiga. A Bolívia e o Paraguay apegaram-se sempre a esse argumento, que tem sido, até hoje, o maior obstaculo á paz.³⁷

Em vista dessa situação jurídica e da falta de posicionamento dos países vizinhos, o congresso paraguaio finalmente aprova a declaração de guerra à Bolívia, anunciando-a em 10 de maio de 1933. No dia 11 de maio, a declaração ocupa a principal manchete da seção de telegramas do Jornal do Brasil, sendo as quatro colunas centrais na metade inferior da página destinadas aos telegramas da *Havas* e *United Press* sobre o assunto³⁸. Os editores ressaltaram as tensões geradas pela resposta da Bolívia em relação à mediação do conflito e a Ata de Mendoza, assim como a quebra completa das negociações em vigor com a declaração de guerra pelo Paraguai:

A declaração de guerra é uma simples formalidade, uma vez que o estado de guerra existe, na realidade, ha perto de um anno. Quantas batalhas não se travaram dentro dessa situação de paz aparente?! É melhor que os títulos venham corresponder aos factos. Constitua violação patente do direito internacional esse estado de guerra sem declaração de belligerancia. De outro lado, o fracasso da Conferencia de Mendoza concluíra-se espectacularmente. As notas diplomaticas trocadas entre a Argentina e a Bolívia, como as que occorreram entre o Chile e a Bolívia, vinham tocadas de alguma vivacidade, não de todo animadora. Podia-se considerar morta a mediação, e em condições pouco favoráveis á cordialidade continental. A attitude da Bolívia, propondo o reatamento das negociações, póde concorrer para renovar a confiança na concordia e na paz. [...] Ora, para chegar a um accordo nesse ponto, ter-se-á que discutir a propria substancia do pleito. Seria, então, a certeza de não acabar nunca, pois é claro que o accordo entre os belligerantes não é mais possível, depois de tantos entendimentos fracassados. E emquanto isso continuaria, no Chaco, a sangueira que enluta, empobrece e afflige dous paizes americanos, merecedores de melhor destino. Por isso continuamos a affirmar, que o unico meio de chegar á cessação de hostilidades, seria entregar ao juizo arbitral a demarcação da zona litigiosa. O julgador seria assistido pelos delegados dos dous paizes, e quem sabe se não seria possível, nessa phase, conseguir firmar entre elles a fronteira da região contestada? O debate deverá, porém, travar-se dentro da paz, pois que não será no estado de guerra que hão de mediar os sentimentos de concordia.³⁹

³⁷ *Jornal do Brasil*, ed. 90, p.5, ano 1933

³⁸ *Jornal do Brasil*, ed. 110, p.9, ano 1933

³⁹ *Jornal do Brasil*, ed. 110, p.5, ano 1933

Figura 5 - Página do serviço telegráfico com manchete sobre a guerra

O PRESIDENTE DO PARAGUAY ASSIGNO DECRETO DE DECLARACAO DE GUERRA A BOLIVIA A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

Confirma-se oficialmente o completo fracasso da greve geral em todo o territorio da Hespanha

O PROBLEMA DAS DIVIDAS DE GUERRA

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. Cavell Hill declarou que as negociações sobre as dividas de guerra...

AS AGITACÖES NACIONAIS NA INDIA

GOVERNO DA INDIA REJEITOU AS PROPOSTAS DE REFORMA NA INDIA

BOMBAY, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

AS REPERIÇÕES DO DREHM A LUGO DE SIMMENTER GANDHI

POONA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

UM MOVIMENTO TENDENTE A REAFIRMAR A UNIDADE DO PARLAMENTO NACIONALISTA DA INDIA

VIENA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ALEMANHA O PROCURADOR GERAL DO REICH MANDOU CONFISCAR O FUNDIN DO PARTIDO SOCIALISTA

MUNICH, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

INGLATERRA O SR. JONES E INADVERTIDA A LUGO DE SIMMENTER GANDHI

ANDRES, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

VALSOLVA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

VALSOLVA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

VALSOLVA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

VALSOLVA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

VALSOLVA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

A MORTE DO CARDEAL CERRETTI

O TESTAMENTO CIDADE DO VATICANO, 10 (H.) - O testamento de...

UMA SITUAÇÃO EM CUBA NÓS CIRCULOS POLITICOS A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

HAYANA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

UMA SITUAÇÃO EM CUBA NÓS CIRCULOS POLITICOS A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

HAYANA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

UMA SITUAÇÃO EM CUBA NÓS CIRCULOS POLITICOS A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

HAYANA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

UMA SITUAÇÃO EM CUBA NÓS CIRCULOS POLITICOS A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

HAYANA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

UMA SITUAÇÃO EM CUBA NÓS CIRCULOS POLITICOS A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

HAYANA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

UMA SITUAÇÃO EM CUBA NÓS CIRCULOS POLITICOS A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

HAYANA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

UMA SITUAÇÃO EM CUBA NÓS CIRCULOS POLITICOS A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

HAYANA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

UMA SITUAÇÃO EM CUBA NÓS CIRCULOS POLITICOS A COMISSAO DA LIGA DAS NAÇÕES INCUMBIDA DE SOLUCIONAR A QUESTÃO DE LETICIA ESTUDA UMA NOVA FORMULA DE ACCORDO

HAYANA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

REUNIU-SE A CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRIGO

GENEVA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ECONOMIA E FINANÇAS A CIRCULACAO FIDUCIARIA DOS ESTADOS UNIDOS

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

CHILE UMA NOVA FORMULA PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DE LETICIA

SANTO DOMINGO, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

CHILE UMA NOVA FORMULA PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DE LETICIA

SANTO DOMINGO, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

CHILE UMA NOVA FORMULA PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DE LETICIA

SANTO DOMINGO, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

CHILE UMA NOVA FORMULA PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DE LETICIA

SANTO DOMINGO, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

CHILE UMA NOVA FORMULA PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DE LETICIA

SANTO DOMINGO, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

CHILE UMA NOVA FORMULA PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DE LETICIA

SANTO DOMINGO, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

CHILE UMA NOVA FORMULA PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DE LETICIA

SANTO DOMINGO, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

PARAGUAY DECLAROU GUERRA A BOLIVIA

A impressão causada nos círculos políticos de Washington e Ginebra - A notícia foi recebida friamente pelo publico boliviano

A SITUACAO NO EXTREMO ORIENTE

AS FORÇAS JAPONEZAS OCUPARAM YUNG-PING

CHANG-CHING, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PARIS, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ESTADOS UNIDOS A APROVAÇÃO DO PROJETO WAGNER DE SOCORRO

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PORTUGAL A MULTIDÃO QUE ABRETIU AO LANÇAMENTO A AGUA

LISBOA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ESTADOS UNIDOS A APROVAÇÃO DO PROJETO WAGNER DE SOCORRO

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PORTUGAL A MULTIDÃO QUE ABRETIU AO LANÇAMENTO A AGUA

LISBOA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ESTADOS UNIDOS A APROVAÇÃO DO PROJETO WAGNER DE SOCORRO

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PORTUGAL A MULTIDÃO QUE ABRETIU AO LANÇAMENTO A AGUA

LISBOA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ESTADOS UNIDOS A APROVAÇÃO DO PROJETO WAGNER DE SOCORRO

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

A penetração comercial italiana na America do Sul

EM ARTIGO DO "JORNAL DE GENEVA" A penetração comercial italiana na America do Sul

GENEVA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ESTADOS UNIDOS A APROVAÇÃO DO PROJETO WAGNER DE SOCORRO

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PORTUGAL A MULTIDÃO QUE ABRETIU AO LANÇAMENTO A AGUA

LISBOA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ESTADOS UNIDOS A APROVAÇÃO DO PROJETO WAGNER DE SOCORRO

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PORTUGAL A MULTIDÃO QUE ABRETIU AO LANÇAMENTO A AGUA

LISBOA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ESTADOS UNIDOS A APROVAÇÃO DO PROJETO WAGNER DE SOCORRO

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PORTUGAL A MULTIDÃO QUE ABRETIU AO LANÇAMENTO A AGUA

LISBOA, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

ESTADOS UNIDOS A APROVAÇÃO DO PROJETO WAGNER DE SOCORRO

WASHINGTON, 10 (H.) - O Sr. J. B. Kher declarou que o governo da Índia...

PORTUGAL A MULTIDÃO QUE ABRETIU AO LANÇAMENTO A AGUA

A declaração de guerra trouxe consigo a Liga das Nações para a mediação do conflito, visto que ambos os beligerantes eram países membros e havia interesse da Grã-Bretanha, que era um membro permanente do conselho da Liga e queria ter voz na questão, na região do Prata. Como afirma Gustavo Carvalho:

Os interesses britânicos na contenda estavam relacionados especialmente ao fato de que nacionais seus eram concessionários de terrenos agrícolas no Chaco e ao fato de que a disputa tinha repercussões nos planos da companhia petrolífera anglo-holandesa Royal-Dutch Shell de ampliar sua presença no mercado do rio da Prata.” (CARVALHO, 2019, p. 114-115)

Como os interesses britânicos em mediar o conflito se alinhavam com os argentinos, o Brasil buscou sempre manter a resolução entre os países americanos, incluindo o ABCP e os Neutros⁴⁰, afim de não permitir o aumento da influência argentina no Chaco. Devido aos sucessivos fracassos, a atuação da Liga em prol do fim das hostilidades não era bem vista, como se observa na edição do dia 16 de junho de 1933:

Infelizmente, a mediação pacificadora nada consegue, em face dessa guerra inutil. Fracassaram os esforços da Conferencia dos Neutros, de Washington; não teve exito a acção dos paizes limitrophes, coordenados sob as iniciaes do A.B.C.P. Agora, as ‘demarches’ da Sociedade das Nações, iniciadas alviçareiramente, chegam aos baixios em que os outros mediadores naufragaram. A impressão é de que Genebra irá para o mesmo rol de Washington e de Mendoza... Eis porque, no primeiro anniversario da guerra entre o Paraguay e a Bolivia, só ha motivo para commentarios melancolicos. Não é apenas a continuação do morticinio o que se lamenta; não é apenas o sacrificio de dous povos, offerecidos como victimas expiatorias ao appetite desse Moloch barbaro e insaciavel, que foi levantar o seu altar entre as relvas do Chaco. Lamenta-se e deplora-se tambem o sacrificio de todas as formulas e poderes de solução pacifica dos conflictos internacionaes, pois que não são capazes de evitar o choque de dous Estados pequenos, desta America do Sul que não é lá, pelo que se diga, modelo de pujança bellica, ou de influencia politica...⁴¹

Em 4 de agosto, o jornal continua:

É louvavel o sentimento de responsabilidade, que a Sociedade das Nações demonstra nesse momento. Entretanto, quem observar os resultados do periodo de sua interferencia, que durou tres mezes, ha de concluir que nada valeu, para o encaminhamento do conflito. Foram negociações improdutivas, orientadas sem conhecimento da realidade e sem noção dos obstaculos que vêm envenenando o litigio. Basta ver que, depois de perto de tres mezes de esforços laboriosos, tudo que se conseguiu foi determinar a viagem de uma comissão de inquerito, que viria ao Chaco para julgar as alegações dos beligerantes. Confessemos que não é grande o resultado, para a intervenção de tão prestigiosa entidade.⁴²

Com o pessimismo em relação à mediação da Liga das Nações e a constante tentativa brasileira de articular um processo de pacificação, em outubro de 1933 a tão

⁴⁰ A comissão diplomática composta por Argentina, Brasil, Chile e Peru para a solução do litígio é comumente abreviada para a sigla ABCP, enquanto os Neutros se referem a Comissão dos Neutros liderada e sediada pelos EUA

⁴¹ *Jornal do Brasil*, ed. 141, p.5, ano 1933

⁴² *Jornal do Brasil*, ed. 183, p.5, ano 1933

planejada visita do presidente argentino Augustín Justo e sua comitiva ao Rio de Janeiro finalmente é concretizada. Esse foi um evento importante para impedir uma expansão do conflito para uma escala continental. Como afirma Carvalho:

Quando Justo visitou o Brasil, em outubro de 1933, os incidentes diplomáticos entre Argentina, Bolívia e Chile tinham atingido o seu ápice e a guerra do Chaco já ameaçava transformar-se em algo maior. Para desarticular as desconfianças mútuas, o Brasil decidiu, enfim, assinar o Pacto Anti-Bélico argentino concebido por Saavedra Lamas, conclamando os demais países a fazerem o mesmo. Em seu artigo 3º, o pacto vedava a intervenção de terceiros países - fosse ela militar ou até mesmo diplomática- em conflitos surgidos entre os países americanos como forma de evitar seu alastramento. Para a Argentina, o tratado era uma garantia a mais de que não haveria uma aliança secreta entre Chile, Brasil e Bolívia, nem pressões diplomáticas conjuntas sobre seu aliado o Paraguai. Para o Brasil, era a maneira de se desarticular o perigo uma conflagração generalizada na América do Sul e uma garantia de que a Bolívia não seria considerada agressora ou responsável pela guerra. Em seu discurso de agradecimento, o chanceler argentino declarou que por meio do seu pacto reproduzia-se pela terceira vez a aliança Brasil-Argentina, evocando os pactos de 1852 e 1865. Era nada senão insólita a referência a pactos militares para justificar um tratado antibélico. (CARVALHO, 2019, p.119)

As notícias sobre a visita do presidente Justo ao Rio de Janeiro tiveram espaço dedicado no jornal, que reservou a metade esquerda de uma página da edição de 3 de outubro de 1933, com outro espaço na seção de telegramas para evidenciar a política externa argentina e o trabalho realizado pelo ministro argentino Saavedra Lamas, desenvolvendo sobre a atuação da Argentina no seio da Liga das Nações. Ao final da estadia de Justo no Brasil, o ministro das relações exteriores do Brasil Afrânio de Melo Franco convenceu Saavedra Lamas a assinar a Ata do Rio, buscando um arbitramento encabeçado pelos presidentes da Argentina e do Brasil. Entretanto, devido a garantias argentinas aos chilenos e paraguaios de que o assunto do Chaco não seria abordado durante a viagem de Justo ao Brasil, essa tentativa não foi bem vista pelo Chile, que se viu excluído da mediação, e pelos beligerantes.

Figura 6 – Recorte de página do Jornal do Brasil sobre a visita do presidente Justo ao Brasil



Fonte: Jornal do Brasil, ed.234, p.10, ano 1933 (recorte do autor)

Ao final do ano de 1933 foi aceito pelos países em guerra um armistício de dez dias, ainda que frágil devido a combates muito próximos do horário de início, para a semana do natal. Esse armistício foi recebido com otimismo pelo editorial do *Jornal do Brasil*, que deu como “terminada a guerra do Chaco”, e afirmando que “O momento é de profundo regosijo para toda a America. Os guerreiros sacrificados no Chaco eram merecedores de outro destino e não nos parecia possível contemplar impassivelmente essa inútil mortandade”⁴³.

Tratou-se apenas de uma pausa momentânea que retornou com força total em 1934. Com uma grande pressão paraguaia por toda a frente de batalha, as aeronaves bolivianas passaram a bombardear irrestritamente diversos alvos estratégicos paraguaios, ameaçando assim a integridade de entrepostos comerciais argentinos por consequência e insuflando os ânimos no Paraguai. A 6 de maio de 1934, o jornal alertava para “represalias, que tornem ainda mais dura essa terrível guerra sul-americana. Já não será pouco a destruição de vidas humanas, em tão larga escala como se vem verificando nas planices do Chaco?”⁴⁴.

Devido ao aumento das tensões e ameaças provocados pelos ataques aéreos bolivianos, a Liga das Nações decide instituir em maio de 1934 o embargo de armas ao Paraguai e à Bolívia. O embargo foi assunto de diversas edições ao longo do ano de 1934, informando sobre as adesões de países ao embargo, sobre as discussões entre os principais exportadores, reação negativa de alguns países, etc. De acordo com o próprio jornal, num artigo publicado em 23 de maio:

O embargo á exportação de armas para os países beligerantes do Chaco é uma idéia generosa que está tomando vulto... Com efeito, parece não haver outro meio de se terminar com aquela sangrenta luta. Encarniçados como estão os dois povos irmãos [...], não temos mais muita esperança de ve-los reconciliados, a não ser que se acabem os fusis, os canhões e a pólvora. Em todo caso, não é muito certo ainda assim se reconciliem. Eles são capazes de lutar a páu.⁴⁵

Contudo, devido à falta de adesão dos países por onde as compras de armamentos por ambos os países transitavam, ou seja, o ABCP, o embargo mostrou-se bastante precário. Tanto o Chile como o Brasil não impediram o trânsito de armamentos para a Bolívia, e a Argentina manteve sua postura favorável ao Paraguai barrando os carregamentos destinados à Bolívia que passavam por seu território. Como o Chile possuía acordos de livre passagem para a Bolívia nos portos do Pacífico, isso gerou uma

⁴³ *Jornal do Brasil*, ed. 300, p.5, ano 1933

⁴⁴ *Jornal do Brasil*, ed. 107, p.5, ano 1934

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, ed. 121, p.5, ano 1934

crise de relações entre o Paraguai e o Chile, com o país guarani decidindo excluir os chilenos de qualquer mediação futura devido a sua falta de imparcialidade. Na edição de 8 de agosto lê-se:

Em consecuencia dos tratados firmados com a Bolivia, o Chile é obrigado a dar livre transito em seus portos a mercadorias importadas pela Bolivia, inclusive armas e munições de guerra. Assim sendo, o governo de Santiago não podia impedir a passagem de armas e munições importadas pelo governo boliviano sem quebra da fé solenemente jurada por um tratado de obrigações reciprocas. Assim parece não entender, entretanto, a imprensa e o governo do Paraguai, que apaixonados como partes interessadas diretamente no conflito, acusaram o Chile de não manter a neutralidade a que se comprometeu. Esse fato lastimavel ocasionou uma tensão nas relações entre o Paraguai e o Chile, fato que vem impressionando profundamente todos os países sul-americanos, sinceramente empenhados no restabelecimento da paz neste continente.⁴⁶

Devido a intervenção conjunta de Brasil e Estados Unidos a situação não escalou para consequências desastrosas (CARVALHO 2019), e na edição de 18 de setembro o jornal já anunciava a resolução do incidente em uma das manchetes da seção de telegramas.⁴⁷

Ao final de 1934 a Bolívia estava em uma situação extremamente complicada. O presidente Daniel Salamanca enfrentava sérios problemas com seu Alto Comando Militar, além de temer uma revolta no altiplano por conta da instabilidade política. As sucessivas derrotas militares que empurraram o exército boliviano cada vez mais em direção aos centros populosos e ameaçavam cortar as comunicações com o oriente boliviano ao alcançarem Santa Cruz de la Sierra fizeram com que Salamanca fosse visitar a linha de frente para reorganizar o Comando, porém foi forçado por esse mesmo comando a abdicar em favor do vice-presidente Tejada Sorzano afim de evitar uma guerra civil em frente ao inimigo (CARVALHO, 2019; ZOOK, 1997).

Com o exército paraguaio tão avançado no território boliviano, havia certa preocupação de que os paraguaios alcançassem as províncias petrolíferas da Bolívia. Em 31 de julho de 1934 a redação do *Jornal do Brasil* já atentava sobre a questão:

Quando se atribue á existencia de petroleo o motivo principal da luta que ensaguenta o Chaco, não faltam contestadores mais ou menos veementes. No entretanto, o documento mais oficial do conflito, o relatório da comissão nomeada pela Sociedade das Nações para estudar a questão, o qual acaba de ser publicado oficialmente, declara a existencia do precioso liquido na região disputada. [...] O petroleo que, segundo algumas informações ainda não verificadas, existiria em todo o Chaco – foi de fato descoberto na região ocidental, perto do ponto a que chegou o exercito paraguay. É na floresta entre o rio Parapiti e o Alto Pilcomayo, que o autor do *L'enfer vert* (Julian Duguid, tradução franceza) encontrou agentes da Standard Oil e o derrick de Camatindi,

⁴⁶ *Jornal do Brasil*, ed. 188, p.5, ano 1934

⁴⁷ *Jornal do Brasil*, ed. 223, p.5, ano 1934

ao norte de Villa Montes. Foi, sobretudo, segundo parece, a partir de 1927⁴⁸, no momento em que a República Argentina instituiu o monopólio nacional do petróleo, que os agentes da Standard Oil, deixando o norte da Argentina e transportando o material de que dispunham na Bolívia pelo Yacuiba, se mostraram ativamente interessados pelas jazidas situadas do outro lado da fronteira. [...] O relatório mostra, como acabamos de ver pelos períodos que traduzimos acima, tanto quanto possível ao pé da letra, que o conflito do Chaco tem sensível influência petrolífera.⁴⁹

Essa “sensível influência petrolífera” foi uma das principais responsáveis pela irreduzibilidade tanto boliviana quanto paraguaia em relação aos territórios petrolíferos do Chaco até a finalização dos acordos diplomáticos, após a cessação das hostilidades em junho de 1935⁵⁰. O início de 1935 se deu com ampla vantagem militar paraguaia, que tinha ao seu alcance as províncias onde havia petróleo além de aproveitar-se da situação que viviam os povos indígenas da região para incitar o separatismo na população boliviana. Logo em fevereiro, a Liga das Nações e seu Comitê Consultivo sobre o Chaco, em razão da resistência em aceitar as recomendações e propostas da Liga pelo Paraguai, resolveu por unanimidade levantar as sanções impostas apenas à Bolívia, praticamente caracterizando o Paraguai como agressor. Em resposta, o Paraguai se retirou da Liga no dia 23 de fevereiro. O jornal publicou no dia 24 uma manchete anunciando a ação paraguaia com uma coluna dedicada aos telegramas da *United Press* informando sobre o assunto. Nas edições dos dias 26 e 27, o jornal dedicou maior espaço aos telegramas sobre o assunto, com diversos artigos da *United Press* e *Havas* informando sobre as reações em Genebra e em diversos países⁵¹.

Em abril de 1935, ambos os exércitos se encontravam exauridos de suas forças. A incompetência do Comando boliviano em enfrentar o exército paraguaio levou o país à derrota, e o esgotamento de todos os recursos e extensão das linhas logísticas paraguaias impossibilitavam a conquista dos pontos vitais do altiplano (ZOOK, 1997). Com a necessidade de se concretizar a paz, começou-se uma disputa diplomática pelo protagonismo na mediação das propostas e conferências para a resolução do conflito. Observando a oportunidade desse cenário, Vargas decide retribuir a visita de Justo ao Brasil viajando até Buenos Aires. A viagem do presidente brasileiro à capital argentina

⁴⁸ A Argentina nacionaliza a sua produção de petróleo com a criação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)

⁴⁹ *Jornal do Brasil*, ed. 181, p.5, ano 1934

⁵⁰ Como afirma Moniz Bandeira: “A crença de que o petróleo existia, em quantidade comercial, a leste da linha de hitos, no Chaco Boreal, continuou a orientar a resistência tanto de Bolívia quanto do Paraguai à conclusão de um acordo, não obstante as informações prestadas pela Standard Oil e transmitidas pelo Embaixador norte-americano Spruille Braden, sobre os resultados negativos de suas pesquisas.” (1998, p.182)

⁵¹ *Jornal do Brasil*, ed. 49, p.19, ano 1935; *Jornal do Brasil*, ed. 50, p.7, ano 1935

foi amplamente coberta pelo jornal, com diversas edições dedicando páginas inteiras ao assunto. Durante a estadia de Vargas, Argentina e Brasil buscaram articular as propostas de paz com os correspondentes do Paraguai e, tardiamente integrada, com o correspondente da Bolívia. Com as tensões aumentando na Europa devido as investidas italianas na Abissínia e os discursos efervescentes de Hitler, a Liga das Nações abandonou definitivamente a questão do Chaco, deixando a cargo dos países americanos resolverem a situação (CARVALHO, 2019). A visita de Vargas à Buenos Aires e as articulações de paz negociadas em conjunto com José Carlos de Macedo Soares pelo Brasil, e com Justo e Lamas pela Argentina, criaram grandes esperanças para que se terminassem as hostilidades muito em breve. Em um telegrama da United Press do dia 30 de maio, na edição do dia 31 do jornal, afirma-se que:

Os mediadores na questão do Chaco continuam esperançosos de que a tregua será obtida, embora os fervorosos esforços realizados durante a visita do presidente Getulio Vargas e o formidável entusiasmo que a ela se seguiu em prol da confraternidade entre as nações, não tenham logrado alcançar uma finalidade decisiva. Os comunicados oficiais tanto bolivianos como paraguaios mostram que esses países se acham dispostos a concordar apenas na cessação imediata das hostilidades, comquanto a Bolívia insista em que a cessação seja associada ao arbitramento e á solução da questão básica. Na ocasião em que o presidente Getulio Vargas se aproximava de Montevideú, a bordo do encouraçado “S. Paulo” e em que o presidente Augustin P. Justo voltava ao cumprimento dos seus deveres presidenciais, os seus Ministros de Negocios estrangeiros continuavam os esforços no sentido da suspensão da luta e planejavam prosseguir as negociações hoje, amanhã, enquanto elas fossem necessarias.⁵²

Apesar de alguns entraves diplomáticos no início de junho, ao dia 12 o protocolo de paz proposto pelos mediadores foi assinado pelos beligerantes e ficou definido que haveria a cessação total de fogo ao dia 14 de junho de 1935, ao meio dia do horário de Córdoba (ZOOK, 1997). O fim das hostilidades foi amplamente comemorado, e na edição dos dias 12 e 13 de junho o jornal deu grande destaque para os textos sobre o protocolo de paz e as solenidades de assinatura. Tendo agora iniciado o processo de demarcação e arbitragem, as notícias sobre a Guerra do Chaco nos anos que se seguiram foram diminuindo de frequência, conforme outros assuntos foram recebendo maior relevância, até ser assinado o acordo final em julho de 1938.

⁵² *Jornal do Brasil*, ed. 129, p.14, ano 1935

Figura 7 — Página do Jornal do Brasil sobre a proposta de paz

O GOVERNO BOLIVIANO ACEITOU A FORMULA DA PAZ PROPOSTA PELAS POTENCIAS MEDIADORAS

Foi adiada a assinatura do protocolo por ter sido proposto, à última hora, um armistício simples, sem garantias — O chanceler brasileiro regressará ao Rio a bordo de um navio de guerra argentino

“A PRENSA” INFORMOU A PUBLICAÇÃO DO BOLIVIANO A ACERTADO DO ACORDO DO RIO PARA A PAZ.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — A publicação de Buenos Aires que considera a ação do governo boliviano como um passo decisivo para a paz em Bolívia, foi dada em forma de declaração de opinião do chanceler argentino, Sr. Carlos Rodríguez Saá, após o recebimento das notícias oficiais transmitidas pelo United Press.

“Mas quando a mensagem do Rio veio, eu não sabia nada e não pude fazer mais do que esperar”, afirmou o Sr. Rodríguez Saá, e esta é a primeira vez que o chanceler argentino se pronuncia sobre a situação boliviana.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Rodríguez Saá, chanceler argentino, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Rodríguez Saá, chanceler argentino, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

A BOLÍVIA ACEITOU O PROTOCOLO COMBINADO EM BUENOS AIRES

O UNICAMIUNO DO MINISTERIO DO EXTERIOR BOLIVIANO

LA PAZ, 11 (U. P.) — Comunicado oficial do Ministerio do Exterior: “De acordo com resolução unânime do unicamíunio do Ministerio do Exterior, o Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, regressará ao Rio a bordo de um navio de guerra argentino.”

O TEXTO DO PROTOCOLO DE PAZ ACEITO NA NOITE DE SABADO

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

LA PAZ, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

A pendência italo-etíopica

SANTO DOMINGO, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

A situação no Extremo Oriente

SANTO DOMINGO, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

já não funciona bem

SANTO DOMINGO, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

ULTIMA HORA

SANTO DOMINGO, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

Buenos Aires, 11 (U. P.) — O Sr. Carlos Raulo, chanceler brasileiro, afirmou hoje que a assinatura do protocolo de paz em Buenos Aires é adiada até o dia 12 de junho, quando o chanceler brasileiro, Sr. Carlos Raulo, regressará ao Rio de Janeiro a bordo de um navio de guerra argentino.

2.3 – O posicionamento do jornal perante a guerra

Durante toda a cobertura do conflito, a redação do *Jornal do Brasil* se manteve fiel aos seus discursos pacifistas e pan-americanos. Constantemente o jornal definiu a guerra entre Paraguai e Bolívia como inútil, uma sangria sem sentido, uma falta de racionalidade devido aos nacionalismos exaltados. Como foram concretizados acordos internacionais que inibiam o reconhecimento de qualquer anexação territorial por meios militares, o jornal compreendia que quaisquer que fossem os avanços e ocupação militares da região seriam completamente invalidados legalmente assim que terminassem as hostilidades e tornaria toda a questão ainda mais difícil de se solucionar. Todos os custos, tanto econômicos como em vidas humanas ceifadas pelos combates, seriam completamente em vão, visto que mesmo que um lado se sobrepujasse sobre o outro militarmente, em face ao direito internacional qualquer ganho seria desconsiderado e a questão retornaria ao ponto de partida.

Até a assinatura do armistício em 1935, o jornal defendeu fervorosamente a cessação imediata das hostilidades e a entrega da questão à uma comissão arbitrária neutra e desinteressada caso não houvesse a possibilidade de um acordo direto entre as duas partes, que seria a melhor alternativa. Nenhum dos lados esteve disposto, entretanto, a aceitar o arbitramento incondicionalmente, mesmo que os resultados no campo de batalha só fizessem aumentar as baixas de ambos os lados. Em 1933 o jornal inclusive acusa Paraguai e Bolívia de insuflarem os ânimos de guerra na população como recurso político para forjar “Salvadores da Pátria” e obter maior apoio político e eleitoral⁵³.

Como todas as tentativas de mediação no primeiro ano de guerra fracassaram, o jornal fez um apelo à imprensa e à opinião pública para que pressionassem os governos paraguaio e boliviano para encerrar as hostilidades, sem os quais seria impossível apaziguar ambos os beligerantes⁵⁴. Ainda em 1933 a redação comenta o caso de uma partida de futebol na Bolívia onde a polícia deteve jogadores e espectadores a fim de selecionar quem enviaria para a frente de batalha no Chaco⁵⁵. Mesmo em momentos pessimistas onde não se observava nenhuma perspectiva de final para a guerra, o jornal continuava ressaltando a importância de se entregar a solução do litígio ao arbitramento e de se praticar a fraternidade entre as nações americanas. Houve inclusive momentos em

⁵³ *Jornal do Brasil*, ed. 130, p.11, ano 1933

⁵⁴ *Jornal do Brasil*, ed. 127, p.5, ano 1933

⁵⁵ *Jornal do Brasil*, ed. 235, p.5, ano 1933

que teceu comentários com possíveis formas de solução para o conflito a partir do que se tinha conhecimento das tentativas de mediação anteriores.

Em outros momentos é possível observar que o jornal tinha ciência dos interesses dos trustes petrolíferos e da indústria armamentista no conflito. Em 1933 apresenta um comentário de um jornal europeu diminuindo a gravidade do conflito e responde afirmando que os europeus ignoram ou fingem ignorar a gravidade da guerra, que não beneficia ninguém além dos trustes petrolíferos com concessões na região⁵⁶. Em 1934 apresenta o relatório da comissão da Sociedade das Nações enviada ao Chaco, onde esta comprova a existência do petróleo na região⁵⁷, além de em outro momento comentar o embargo de armamentos para os beligerantes, afirmando que tal ato deveria ter sido concretizado muito antes e que essa efetivação tardia mostrava como os fabricantes obtiveram os lucros desejados⁵⁸. Em 1935 o jornal critica a mudança da postura dos Estados Unidos, que retomam os esforços para o término do conflito justamente no momento que as regiões petrolíferas da Bolívia sob controle de empresas estadunidenses tornam-se ameaçadas pelo avanço das tropas paraguaias⁵⁹. Apesar de não aparecer constantemente pelas edições do jornal, é evidente que os redatores estavam atentos à questão do petróleo no Chaco e fizeram seus comentários de modo a elucidar aos leitores as implicações dessa situação para conflito.

Além da questão petrolífera, o jornal também esteve atento à atuação do governo brasileiro perante a contenda. No ano de 1930, anterior à ascensão ao poder de Getúlio Vargas, o ministro Octavio Mangabeira foi extensivamente elogiado pela sua gestão da diplomacia brasileira. Entretanto, quando a guerra começa efetivamente, em 1932, o jornal aponta a falta de atuação brasileira na mediação. Afirma que a situação interna do país não é propícia para coordenar esforços pela pacificação, mesmo tendo o Brasil a tradição política de estar sempre à frente das negociações diplomáticas entre seus vizinhos. Assim, foi necessário confiar a questão ao Itamaraty. Ao iniciar o ano de 1933 o jornal passa a questionar a falta de atuação brasileira:

Apenas não compreendemos que o Brasil não faça sentir mais vivamente a sua actuação, no sentido da concordia. Nenhum paiz deve ter mais interesse pela paz do que o Brasil; nenhum paiz nos deve exceder no esforço para a harmonização dos povos. Sempre foram essas as idéas que nos guiaram na política exterior. Como esquece-las agora, em face de um caso concreto, quando tudo indica que a firmeza de nossa interferencia póde ser precioso elemento para a victoria da causa pacifista? Os telegrammas de hontem, como

⁵⁶ *Jornal do Brasil*, ed. 180, p.5, ano 1933

⁵⁷ *Jornal do Brasil*, ed. 181, p.5, ano 1934

⁵⁸ *Jornal do Brasil*, ed. 121, p.5, ano 1934

⁵⁹ *Jornal do Brasil*, ed. 89, p.5, ano 1935

outros dos dias anteriores, falam apenas da acção dos governos da Argentina e do Chile. Porque o Brasil não figura nesse rol? Porque não somos o primeiro no esforço para a solução do conflito do Chaco?⁶⁰

Quando o governo brasileiro resolveu intervir decididamente na questão, após a Ata de Mendoza em 1933, o jornal voltou a elogiar os esforços pela paz e, a partir desse momento enalteceu, continuamente, as medidas tomadas pelo Brasil na mediação do conflito. Valorizou, principalmente, a visita de Vargas à Argentina que resultou na assinatura do armistício e eventual término da guerra. O fato do jornal ter realizado críticas discretas à falta de atuação brasileira no início da guerra e exaltado a diplomacia presidencial de Vargas ao seu final, indica a preocupação e cautela do editorial diante da censura e uma tentativa de manter sua relação estável com o governo. Essas ações de Vargas, de fato, teve grande importância para as negociações diplomáticas. Como dito anteriormente, o jornal passou a atuar bem timidamente em termos políticos após ter sido empastelado e retomar suas atividades em 1930, sofrendo grande censura das matérias antes de serem publicadas. As matérias das agências de notícias também não escapavam da censura, contudo é difícil identificar com precisão o que foi censurado observando apenas as edições do *Jornal do Brasil*, sendo necessário um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Além das matérias noticiosas e artigos da redação do jornal comentando os eventos, o periódico também publicou diversos artigos de especialistas e estudiosos tanto paraguaios quanto bolivianos sobre o Chaco, onde houve, por diversas vezes, contestações sobre os direitos e reivindicações de ambas as partes. Também buscou retratar os diversos aspectos e a complexidade que envolveu o conflito entre duas nações sul-americanas através dos diversos comentários de outros jornais, pedidos de publicação das legações dos dois países em guerra, recomendações de bibliografias e conferências que ocorreram no Rio de Janeiro, que receberam igualmente algum espaço nas páginas do jornal.

⁶⁰ *Jornal do Brasil*, ed. 76, p.5, ano 1933

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Chaco foi um conflito que teve enorme repercussão na América do Sul, tendo envolvido não somente Paraguai e Bolívia nos campos de batalha, como diversas outras nações no campo diplomático. Argentina e Brasil disputaram a hegemonia do continente na tentativa de agregar sob sua influência (ou impedir que fosse agregado à influência oposta) o *heartland* sul-americano proposto por Travassos, enquanto Estados Unidos e Grã-Bretanha, representados pelos seus respectivos trustes petrolíferos, em menor escala disputaram o controle das províncias com algum potencial de extração, facilitando o financiamento de materiais de guerra dos quais ambos os exércitos necessitavam. A tensão gerada por esses conflitos de interesse chegou a tal ponto que em alguns momentos quase escalou para uma guerra continental, mas felizmente os esforços diplomáticos em prol de uma solução para o litígio prevaleceram, evitando maiores sacrifícios de vidas humanas.

Por se tratar de uma guerra de proporções consideráveis, as agências de notícias que operavam na América do Sul, em especial *Havas* e *United Press*, enviavam as informações que coletavam através de seus correspondentes para diversos jornais e revistas ao redor do mundo. No Rio de Janeiro, então capital brasileira, o *Jornal do Brasil*, assim como outros periódicos da época, fez uma cobertura ostensiva da contenda. Mesmo passando por um momento conturbado de sua história, que lhe gerou o apelido de “jornal das cozinheiras”, não deixou de elucidar seu público leitor sobre os diversos aspectos do choque entre os dois países limítrofes ao Brasil. O discurso adotado pela redação do jornal em seus artigos, publicados geralmente na quinta página durante o período pesquisado, manteve sempre sua linha pacifista e pan-americana, exaltando sempre a irracionalidade do conflito armado e a necessidade de se encerrar as hostilidades de imediato, assim como a importância do exercício da fraternidade entre as nações americanas.

Representantes do Paraguai e da Bolívia tiveram espaço para discutir e apresentar seus argumentos em favor de sua causa em determinados momentos, assim como os comentários de outros jornais do exterior apareceram em algumas edições, contribuindo para que o público pudesse ter amplo conhecimento das opiniões e argumentações que rodeavam o assunto. Em geral o editorial teve alguma preocupação em esclarecer os motivos por trás do litígio, explicando as nuances geográficas da região através de artigos e mapas, apontando os interesses das partes no petróleo do solo chaquenho, ressaltando as divergências e manipulação dos relatórios de progresso na frente de batalha, dentre

outros. Ao longo dos três anos de guerra deflagrada o jornal contribuiu enormemente para manter seus leitores informados sobre os acontecimentos que envolviam os beligerantes e o conflito como um todo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pedro. A Longa e Esquecida Tradição do Jornalismo de Agências no Brasil. *In: ANAIS DO 18º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 2020, Online. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/sbpjor-2020/trabalhos/a-longa-e-esquecida-tradicao-do-jornalismo-de-agencias-no-brasil?lang=pt-br>. Acesso em: 20 set. 2023.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In: VILLAÇA, Mariana.; PRADO, Maria Ligia Coelho. (org.) História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p. 114-136.
- CARVALHO, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica na Guerra do Chaco**: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, p. 390. 2019.
- CHIAVENATO, Julio José. **A Guerra do Chaco** (leia-se petróleo). São Paulo: editora brasiliense, 1979
- FONSECA, Letícia Pedruce. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 214. 2008.
- LUCA, Tania Regina de. Historia dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153
- MANCUSO, Amanda Pinheiro. A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/294>>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- MINELLA, Jorge Lucas Simões. O Conceito de Pan-Americanismo e a Velha República: considerações a partir de boletins mensais da União Pan-Americana. *In: XXVII Simpósio Nacional de História*, [s. n.]. 2013. Natal. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874920_1da000462172494735b703ff2f08bbf8.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A Guerra do Chaco. **Rev. bras. polít. int.** vol.41 no.1 Brasília Jan./Jun. 1998
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. **História Unisinos**. v. 16, n. 3, p. 271-282, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.163.01>. Acesso em: 17 ago. 2022
- RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Érica Sarmiento da. A Guerra do Chaco vista pelos olhares dos militares do exército brasileiro (1932-1935). **Secuencia**, México, n. 103, e1549, abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-03482019000100107&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 17 de ago. 2022. Epub 01-Ene-2019.
- SEIFERHELD, Alfredo M.. La Guerra del Chaco. Assunção, Servilibro. 2007. p.15-39
- SILVA Junior, José Afonso da. **Uma trajetória em redes**: modelos e características operacionais das agências de notícias, das origens às redes digitais, com três estudos de caso. Tese (doutorado)

- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, p. 406. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31689>. Acesso em: 20 set. 2023

SILVEIRA, Helder Gordim da. A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 649-667, jul./dez. 2009. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8389/2/artigo_004%20-%20Helder%20V.%20Gordim%20da%20Silveira.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

UNESCO. **News Agencies: Their Structure and Operation**. Paris, 1953. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000073446>. Acesso em: 20 set. 2023.

YEGROS, Ricardo Scavone. Guerra internacional y confrontaciones políticas (1920-1954). In: TELESKA, Ignacio.; DURÁN, Margarita. (org.) **Historia del Paraguay**. 4. ed. Assunção: Santillana, 2010. p. 225-244.

ZOOK, David. *La Conducción de la Guerra del Chaco*, 1962, Editorial El Lector, Assunção, 1997, 322 p.